

UFF – Universidade Federal Fluminense
ESS – Escola de Serviço Social
PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social
Mestrado em Política Social

THAÍS SIQUEIRA GOMES BARRETO

**A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO
SOCIAL NO TRABALHO PROFISSIONAL NA
GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

Análise da produção bibliográfica brasileira entre os anos de 2005 e 2022



Campos dos Goytacazes – RJ
Janeiro de 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

THAÍS SIQUEIRA GOMES BARRETO

**A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO
SOCIAL NO TRABALHO PROFISSIONAL NA
GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Análise da produção bibliográfica brasileira entre os anos de 2005 e 2022**

Campos dos Goytacazes – RJ

Janeiro de 2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B273d Barreto, Thaís Siqueira Gomes
A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO
PROFISSIONAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: :
Análise da produção bibliográfica brasileira entre os anos
de 2005 e 2022 / Thaís Siqueira Gomes Barreto. - 2025.
105 p.

Orientador: Carlos Antonio de Souza Moraes.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Escola de Serviço Social, Niterói, 2025.

1. Serviço Social. 2. Política Social. 3. Assistência
Social. 4. Produção intelectual. I. Moraes, Carlos Antonio
de Souza, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

THAÍS SIQUEIRA GOMES BARRETO

**A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO
SOCIAL NO TRABALHO PROFISSIONAL NA
GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Análise da produção bibliográfica brasileira entre os anos de 2005 e 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Sujeitos sociais e proteção social.

ORIENTADOR: Carlos Antonio de Souza Moraes

Campos dos Goytacazes – RJ

Janeiro de 2025

THAÍS SIQUEIRA GOMES BARRETO

**A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO
PROFISSIONAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Análise
da produção bibliográfica entre os anos de 2005 e 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de
Estudos Pós-graduados em Política Social da
Escola de Serviço Social da Universidade
Federal Fluminense – UFF, como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Sujeitos sociais e
proteção social

Aprovado em ____/ ____/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes (Orientador – PPGPS/UFF)

Prof.^a. Dra. Mônica de Castro Maia Senna (2^a Examinadora – PPGPS/UFF)

Prof.^a. Dra. Diana Delgado da Costa da Silva (3^a Examinadora – MP/RJ)

Prof.^a. Dra. Arianne Rego de Paiva (Suplente – PPGSS – PUC/RJ)

Dedico esta dissertação a minha mãe Maria Célia (em memória), por acreditar nos meus sonhos e me permitir vive-los. Se cheguei até aqui foi porque tive seu amor e apoio incondicional. Obrigada por caminhar ao meu lado, sempre de mãos dadas comigo, por ser meu suporte e minha melhor amiga. Obrigada por cuidar tão bem de nós. Minha eterna gratidão e saudade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar comigo em todos os momentos e me sustentar em meio aos desafios ao longo dessa jornada.

Agradeço aos meus pais por tudo, por sempre estarem juntos comigo, me incentivando e dando forças. À minha mãe, especialmente por me permitir viver essa experiência, se dedicando ao máximo no cuidado com os meninos para me auxiliar no trabalho e no mestrado. Sem vocês eu não conseguiria.

Agradeço ao meu esposo Robson pelo companheirismo e pela paciência de passar por tantos processos até aqui.

Meu agradecimento também aos meus filhos, que me inspiram a buscar sempre o melhor. Obrigada pelo amor que recebo todos os dias e que me dá forças para continuar.

Meu especial agradecimento ao meu Orientador Carlos Moraes, pela empatia, pelo carinho e compreensão em meio a tantos revezes que passei nesses últimos anos. Minha eterna gratidão por tudo, pelos ensinamentos, pela gentileza, por sempre me dar forças e acreditar no meu potencial.

Agradeço também aos meus colegas e professores pelas trocas e aprendizados ao longo desses anos, pelo respeito e amizade.

Agradeço também aos membros do Colegiado do PPGPS/UFF pela empatia e compreensão em um momento muito difícil da minha jornada pessoal e acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos às professoras Mônica Senna, Ariane Paiva e Diana Delgado por aceitarem o convite de compor a Banca Examinadora desta dissertação.

Finalmente agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta dissertação, pelas reflexões proporcionadas, aprendizados, pelas palavras de incentivo. Espero que o trabalho possa incentivar de algum modo os que estão buscando seus sonhos e que quem sabe contribuir na reflexão sobre os desafios e possibilidades para a categoria de Serviço Social.

“Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. E é por esse motivo que dizer adeus torna-se complicado! Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente...” (Guimarães Rosa)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social no trabalho do/a assistente social enquanto gestor (a) da Política de Assistência Social a partir do mapeamento da produção bibliográfica disponível no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES entre os anos de 2005 a 2022. A relevância da discussão está vinculada à necessidade de se investigar, diante do cenário perverso da ofensiva do capitalismo de tipo neoliberal-gerencial, a gestão como parte inerente ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais, bem como a importância de entender as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social neste cenário. Como escolha metodológica, fundamentamos a construção e o desenvolvimento da pesquisa no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, recorrendo ao estudo de tipo exploratório, de natureza qualitativa, materializado na pesquisa bibliográfica de tipo narrativa. Articulado a isto, recorreremos à metodologia da análise de conteúdo, que nos permitiu uma análise mais profunda do *corpus* da pesquisa, fornecendo uma melhor compreensão dos padrões e significados presentes nos segmentos de texto analisados. A investigação e análise do *corpus* foi tratada a partir da análise de conteúdo temática, com recurso ao *software* de pesquisa IRAMUTEQ®, por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) onde, após o processamento e agrupamento de acordo com a ocorrência das palavras, foi gerado um dendograma de classes, em que foram eleitas, na fase de tratamento dos resultados, as palavras com maior ocorrência em cada classe do dendograma: dimensão ético-política, gestão, projeto profissional, projeto ético-político e política de assistência social. As interpretações construídas a partir da análise do *corpus* da pesquisa validaram o pressuposto da pesquisa de que, a atuação de assistentes sociais na gestão da política de assistência social poderá, em dados momentos, estar pautada em uma perspectiva democrática, alinhada aos pressupostos do projeto ético-político do Serviço Social e as normativas do SUAS e, de forma dialética e contraditória, poderá estar fundamentada em uma perspectiva tecnicista, burocrática e descolada dos valores defendidos pelo projeto ético-político da profissão e da totalidade dos processos sociais na dinâmica do atual estágio do capitalismo.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; Serviço Social e gestão da Assistência Social; Dimensão Ético-política do Serviço Social.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the expressions of the ethical-political dimension of Social Work in the work of social workers as managers of the Social Assistance Policy, based on a mapping of the bibliographic production available in the CAPES Catalogue of Theses and Dissertations between 2005 and 2022. The relevance of the discussion is linked to the need to investigate management as an inherent part of the professional work of social workers, in the face of the perverse scenario of the neoliberal-managerial offensive of capitalism, as well as the importance of understanding the expressions of the ethical-political dimension of Social Work in this scenario. As a methodological choice, we based the construction and development of the research on the theoretical-methodological framework of historical-dialectical materialism, using an exploratory study of a qualitative nature, materialized in narrative bibliographical research. In conjunction with this, we used the content analysis methodology, which allowed us to carry out a more in-depth analysis of the research corpus, providing a better understanding of the patterns and meanings present in the text segments analyzed. The investigation and analysis of the corpus was based on thematic content analysis, using IRAMUTEQ® research software, by means of the Descending Hierarchical Classification (CHD) where, after processing and grouping according to the occurrence of words, a dendrogram of classes was generated, in which the words with the highest occurrence in each class of the dendrogram were chosen in the results processing phase: ethical-political dimension, management, professional project, ethical-political project and social assistance policy. The interpretations constructed from the analysis of the research corpus validated the research assumption that the work of social workers in the management of social assistance policy may, at certain times, be based on a democratic perspective, aligned with the assumptions of the ethical-political project of Social Work and the SUAS regulations and, in a dialectical and contradictory way, may be based on a technicist, bureaucratic perspective, detached from the values defended by the ethical-political project of the profession and the totality of social processes in the dynamics of the current stage of capitalism.

Keywords: Social Assistance Policy; Social Work and Social Assistance Management; Ethical-Political Dimension of Social Work.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Linha do tempo – Corpus da pesquisa mapeado

FIGURA 2 – Textos que compõem o *corpus* da pesquisa

FIGURA 3 – Dendograma das classes fornecido pelo *software* Iramuteq

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal de 1988

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAP's – Caixas de Aposentadorias e Pensões

LBA – Legião Brasileira de Assistência

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

NOB/ SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

NOB – RH/ SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

PDRE – Plano Diretor da Reforma do Estado

COVID-19 – Coronavírus Disease

TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação

DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

RPA – Recibo de Pagamento Autônomo

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE PESQUISA.....	14
METODOLOGIA.....	26
1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO CONSTITUCIONAL INTEGRANTE DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL	31
1.1 Trajetória da assistência social no brasil: do assistencialismo à política pública integrante da seguridade social brasileira.....	31
1.2 O capitalismo de tipo neoliberal e seus impactos na política de assistência social no brasil	40
1.3 A (contra) reforma administrativa do estado: aspectos do neoliberalismo gerencial e seus impactos pós constituição federal brasileira de 1988	45
2 O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL E SUAS PARTICULARIDADES NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	52
2.1 Reflexões sobre o trabalho do/a assistente social: entre antigos dilemas e novos desafios.....	52
2.2 O trabalho do/a assistente social como gestor/a na política da assistência social ..	63
3 EXPRESSÕES DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMO GESTOR/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	75
3.1 Categorização e apresentação dos segmentos de textos das palavras selecionadas.....	78
3.1.1 Projeto profissional/ projeto ético-político	78
3.1.2 Gestão	85
3.1.3 Política de assistência social.....	91
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE PESQUISA

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar a dimensão ético-política do Serviço Social, na particularidade do trabalho do/a assistente social na gestão da Política de Assistência Social no Brasil.

O interesse pelo tema surge a partir da posse como Assistente Social na Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social em um município do Norte Fluminense, interior do estado do Rio de Janeiro, em 2015, onde durante o tempo em que pertenci ao quadro de servidores públicos do município, a secretaria da Política de Assistência Social foi gerida por duas vezes, por Assistentes Sociais de formação, fato que provocou inquietações diante do aparente distanciamento entre o trabalho desenvolvido e o preconizado nas normativas da Política de Assistência Social e no Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Mediante estas inquietações, a discussão sobre a dimensão Ético-política do Serviço Social e suas manifestações no trabalho do/a assistente social como gestor/a da Política de Assistência Social foi inicialmente problematizada no artigo construído para a conclusão de curso da pós-graduação *latu sensu* em Gestão em Políticas Públicas de Assistência Social e Saúde, apresentado em 2016 a Faculdade Governador Ozanam Coelho. Naquele momento, os resultados da pesquisa apontaram para a importância da dimensão Ético-Política do Serviço Social e suas manifestações no trabalho do profissional como gestor na Política de Assistência Social, tendo em vista as mediações técnico-políticas que se fazem necessárias, diante das situações concretas que se apresentam no cotidiano da Assistência Política de Assistência Social e que reverberam ou não numa direção social que tem como fundamento o Projeto Ético-Político profissional. Revelou também, a necessidade de o/a assistente social gestor/a problematizar as expressões cotidianas e imediatas da realidade, para, desse modo, orientar o seu trabalho com base nas condições objetivas que se apresentam na realidade, buscando fomentar, em sua gestão, uma cultura democrática e defensora dos direitos da população.

O artigo, fruto das reflexões trazidas pela observação no campo de trabalho e de revisão bibliográfica, possibilitou pensar o contexto político, econômico e social daquele momento e seus rebatimentos no trabalho do/a assistente social, problematizando a dimensão ético-política manifesta em sua atuação enquanto gestor/a desta política no contexto das transformações societárias contemporâneas e refletindo sobre os interesses que prevalecem nos espaços institucionais e a importância do/a profissional, enquanto gestor/a, buscar construir hegemonia na condução dos serviços sociais numa perspectiva de efetivação dos

direitos dos usuários da Política de Assistência Social, de acordo com o que preconizam os marcos legais da mesma e o projeto de sociedade defendido pela categoria profissional.

Esta primeira aproximação com o tema apresenta limitações em virtude de ser um artigo desenvolvido para a conclusão da especialização e também devido aos novos elementos surgidos a partir das mudanças no contexto político, econômico e social a partir de 2016 no país, com repercussões para a sociedade na destituição de direitos adquiridos, na degradação das condições de vida e ameaça à democracia, além da pandemia da Covid-19, a partir de 2020, dentre outros.

Após alguns anos, já sendo mãe de dois meninos, trabalhando na política de saúde e de educação, retomo o projeto de pesquisa na seleção do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense com o interesse em aprofundar as reflexões, buscando trazer novos elementos a partir dos determinantes estruturais e conjunturais no atual estágio do capitalismo e seus impactos na Política de Assistência Social, no trabalho do/a assistente social como gestor/a desta política e, particularmente a dimensão ético-política da profissão, na defesa de seu exercício na lógica do projeto societário defendido pela categoria profissional.

Diante disso, essa pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social brasileiro no trabalho de assistentes sociais que ocupam cargos de gestão na política de assistência social na produção acadêmico-científica publicada entre 2005 e 2022?

O objetivo geral consiste em analisar as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social na particularidade do trabalho do/a assistente social na gestão da Política de Assistência Social no Brasil, na produção bibliográfica entre os anos de 2005 a 2022.

Para o alcance do objetivo geral, elegemos os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre os interesses antagônicos/contraditórios que permeiam a Política de Assistência Social no Brasil a partir da Constituição Federal brasileira de 1988;
- Problematicar o trabalho do/a assistente social e as suas particularidades na gestão da Política de Assistência Social;
- Investigar as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social na particularidade do trabalho de assistentes sociais na gestão da Política de Assistência Social.

Para o desenvolvimento da dissertação que ora se apresenta, pretendemos trabalhar a temática a partir de quatro dimensões de análise: a primeira situa-se no debate da Política de

Assistência Social como direito social garantido pela Constituição Federal brasileira de 1988, reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, inscrita no tripé da Seguridade Social brasileira; a segunda dimensão se aterá às disputas que ocorrem a partir de uma conjuntura tensionada pelo capitalismo de tipo neoliberal e gerencialista, expressa nas contrarreformas do estado que impactam também a Política de Assistência Social na lógica do direito universal, tornando-a cada vez mais seletiva e focalizada em minimizar a pobreza; a terceira dimensão recorre ao debate das particularidades do trabalho do/a assistente social como gestor/a na Política de Assistência Social e, finalmente, a quarta e última aborda as expressões da dimensão ético-política no trabalho do/a assistente social na gestão da Política de Assistência Social, conforme descritas a seguir.

Primeira dimensão de análise: A Política de Assistência Social como direito constitucional (Constituição Federal brasileira de 1988) e integrante da Seguridade Social brasileira

Na primeira dimensão de análise, reconhecemos que a Assistência Social, fruto de movimentos e lutas da classe trabalhadora, a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, passa a fazer parte da Seguridade Social, alcançando *status* de política pública, configurando

uma verdadeira revolução no campo da proteção social brasileira, exigindo não só alterações de paradigmas, concepções, legislações e diretrizes operacionais, mas o rompimento com a antiga cultura conservadora que se baseava em arraigados mecanismos viciosos de atenção à pobreza como: paternalismo, clientelismo, fisiologismo, dentre outros. (Pereira, 2001, p. 219, 220).

A Constituição Federal brasileira de 1988 (CF de 1988), em seu Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo II, trata da Seguridade Social, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à Assistência Social. No artigo 203 tem-se que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho, dentre outros.

A partir deste marco, em concordância com Yazbek (2008), é instaurado um novo tempo para a Assistência Social, que adquire *status* de política social pública, integrante da

Seguridade Social, onde inicia a sua trajetória para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Para Pereira (2001) a partir da CF de 1988, a Assistência Social passa a ser definida como uma política pública de Seguridade Social que visa, de forma gratuita e desmercadorizada, contribuir para a melhoria das condições de vida e de cidadania dos segmentos mais pauperizados da população, por meio da adoção de três procedimentos básicos: o provimento público de benefícios e serviços básicos como direito de todos; a inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem dos frutos do progresso; e a manutenção da inclusão supracitada e estímulo ao acesso a patamares mais altos de vida e de cidadania, por intermédio do desenvolvimento de ações integradas no âmbito das políticas públicas.

A Política de Assistência Social foi regulamentada pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e que, em seu primeiro parágrafo, a define como direito do cidadão e dever do Estado, política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

No ano de 2005, é constituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, com a função de gerir o conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. O SUAS consolida a gestão compartilhada, o financiamento e a cooperação técnica entre os entes federativos, que de forma articulada e complementar, operacionalizam a proteção social não contributiva de Seguridade Social no campo da Assistência Social.

Em 2011, foi aprovada a Lei 12.435, que garante a continuidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O sistema organiza as ações da Política de Assistência Social em dois tipos de proteção social: a básica e a especial. A primeira é destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, através da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, que se destina a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e sofreram algum tipo de violação de direito em decorrência de maus tratos, negligência, abandono, abuso ou exploração sexual, violência, dentre outros aspectos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

O SUAS abrange também a oferta de benefícios assistenciais prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços e também gerencia a vinculação de entidades e

organizações de assistência social ao sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social.

De acordo com Pereira (2001), a Assistência Social ao se constituir como política pública¹, direito de cidadania, integra e define um dos pilares da Seguridade Social, que é a sua dimensão distributiva, por oposição à dimensão contributiva da previdência social, configurando a premissa de universalização do acesso.

Vivenciamos no Brasil um período de expansão das políticas sociais e da garantia de direitos na primeira década do século XXI, ainda que com ressalvas, especialmente ao se verificar que os Programas de Transferência de Renda, seguiram as orientações dos organismos internacionais, durante os governos do Partido dos Trabalhadores de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Porém, após o golpe parlamentar ocorrido no ano de 2016, com apoio do empresariado, do judiciário e da grande mídia (Boschetti e Behring, 2021), o país avançou a passos largos, rumo à intensificação do neoliberalismo com aumento das contrarreformas² e privatizações, sobretudo após a eleição de 2018, que levou ao cargo máximo do poder executivo um candidato de extrema direita, ultraneoliberal e neofascista.

Segunda dimensão de análise: O capitalismo de tipo neoliberal e seus impactos na Política de Assistência Social e no trabalho do/a assistente social como gestor/a desta política

A segunda dimensão de análise do projeto considera que, apesar do quadro de novas requisições e possibilidades de inserção no âmbito da gestão de políticas sociais e, especialmente, da Política de Assistência Social, representar ganhos para o Serviço Social brasileiro, as análises atuais requerem considerar um cenário tenso, movido pela adoção de orientações ultraneoliberais. Cenário este que traz em seu bojo profundas consequências para as políticas sociais, representadas por um Estado cada vez mais alheio às necessidades da classe trabalhadora, promovendo cortes nos gastos sociais, tornando as políticas sociais,

¹ “Política pública refere-se a planos, estratégias ou medidas de ação coletiva, formulados e executados com vista ao atendimento de legítimas demandas e necessidades sociais. (...) significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam mediante programas, projetos e serviços”. (Pereira, 2001, p. 223).

² Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista (...). Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as majorias. Portanto, o reformismo (...) é um patrimônio da esquerda (Behring; Boschetti, 2007, p.149 apud Behring; Boschetti, 2021).

sobretudo a Política de Assistência Social, cada vez mais focalizada, seletiva e fragmentada, trazendo, consequentemente, rebatimentos para a classe trabalhadora. E, nesses termos, há também rebatimentos para o mercado de trabalho da/o Assistente Social, tendo em vista serem as políticas sociais, âmbito privilegiado de atuação profissional.

Cislaghi (2020) infere que, a partir da década de 2010, ocorre uma reconfiguração hegemônica do neoliberalismo, que adquire uma face reacionária, racista e misógina. No Brasil, esse movimento tem início com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 que derruba o governo de Dilma Rousseff e se intensifica durante os governos de Michel Temer (2016-2017) e Jair Bolsonaro (2018-2022).

A autora recorre a Dardot e Laval (2016), que embora não utilizem o termo ultraneoliberalismo, reconhecem que o neoliberalismo vai se ressignificar e se aprofundar após a crise de 2008, se radicalizando e descartando cada vez mais, os pressupostos da democracia liberal e dos direitos sociais, ainda que mínimos. Esse movimento ocorre devido ao neoliberalismo se tornar um sistema mundial de poder que se alimenta das próprias crises econômicas e sociais que gera, já que as respostas a essas crises irão reforçar e aprofundar sua lógica de forma indefinida.

Behring, Cislaghi e Souza (2020) entendem por ultraneoliberalismo a mais recente forma do neoliberalismo, que não ocorre somente no Brasil, mas em vários países do mundo, em sua expressão mais radicalizada.

Cislaghi (2020) ressalta que o ultraneoliberalismo ou “novo neoliberalismo” para Dardot e Laval (2019), se apropria das tendências nacionalistas, autoritárias e xenófobas, assumindo um caráter absolutista e hiperautoritário para a imposição de uma melhor lógica do capital sobre a sociedade.

Analisando o processo de mudanças ocorridas no contexto da política social brasileira, especificamente, na Política de Assistência Social, Santos, Filho e Backx (2013), destacam as implicações trazidas para os profissionais que nela atuam, configuradas em novos desafios e requisições para seu campo de atuação profissional. Ao particularizar o trabalho do/a assistente social, os autores sinalizam que essas mudanças ocasionaram alterações nas organizações e nos serviços, criando novas situações de trabalho para o/a profissional, tanto do ponto de vista de novas demandas, quanto pela precarização das condições de trabalho.

Importante ressaltar os impactos do gerencialismo nas políticas sociais e no exercício profissional dos/as assistentes sociais, que conforme sustentado por Valle (2018), segue o formato de uma política de ajustamento que acata os pressupostos veiculados sobretudo pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e que

demanda a adequação dos órgãos públicos de níveis e setores diversificados, a determinados condicionantes institucionais, dando forma a um novo exoesqueleto estatal, que submete a gestão pública aos pressupostos do ajuste macropolítico.

Nesse contexto, consideramos necessário refletir sobre o cenário contemporâneo e seus impactos na Política de Assistência Social e no trabalho do/a Assistente Social como gestor dessa política, considerando os processos que envolvem a dinâmica e a avaliação dos/as profissionais acerca da dimensão política da profissão na particularidade de seu trabalho no atual contexto econômico, social e político.

Terceira dimensão de análise: As particularidades do trabalho do Serviço Social na gestão da Política de Assistência Social

Para melhor compreensão do tema, reconhecemos como terceiro elemento de análise, a necessidade de explorar o objeto a partir das transformações societárias ocorridas no final da década de 1980, situadas na esfera da produção e do mundo do trabalho, engendrando novas possibilidades de atuação da/o Assistente Social, não mais somente como “executor terminal de políticas sociais” (Netto, 1992), mas também no âmbito da assessoria, do planejamento, da formulação e gestão das políticas sociais, dentre elas, a Política de Assistência Social.

Discorrendo sobre o conjunto das transformações societárias ocorridas a partir da década de 1980, Yazbek (2014) ressalta a presença de profunda relação entre as transformações em andamento na atual fase do regime de acumulação capitalista, especialmente as relacionadas à esfera da produção e ao mundo do trabalho, associadas à nova hegemonia liberal-financeira e as transformações ocorridas nas políticas sociais, caracterizando, deste modo, mudanças aceleradas em diferentes dimensões da vida social, apontando para uma nova sociabilidade e uma nova política.

Diante dessas transformações, Raichelis (2013) ressalta que o/a assistente social, como trabalhador/a assalariado/a, também sofre os rebatimentos dessas mudanças e se vê submetido a diversos constrangimentos frente aos processos de intensificação e precarização do trabalho assalariado nos diversos espaços onde é chamado a atuar profissionalmente, o que demonstra que a dinâmica societária atual atinge a totalidade dos processos produtivos e dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços ocupacionais de diversas profissões e também do Serviço Social, que tem na prestação de serviços sociais, um campo privilegiado de intervenção e, nas instituições sociais públicas e privadas, o seu espaço ocupacional.

Neste cenário, Abreu (2011) aborda as novas requisições colocadas para os/as assistentes sociais, afirmando que

as atuais exigências colocadas para o assistente social em relação à prestação de serviços e benefícios sociais (...), ao mesmo tempo em que requisitam novas competências profissionais, reeditam demandas históricas colocadas à profissão. Este rearranjo entre o novo e o tradicional pode ser visualizado a partir de inovações técnico-operativas combinadas (...) como uma ampliação e redimensionamento das atividades e qualificações técnicas e políticas dos assistentes sociais. (p.191).

Iamamoto (2000) ressalta que o mercado de trabalho do Serviço Social vai sofrer impactos diretos das transformações operadas no âmbito da produção e na esfera estatal, que alteram as relações entre sociedade e Estado.

A autora (2000) destaca também a Assistência Social como um campo privilegiado de trabalho dos/as assistentes sociais, e que, a partir de seu reconhecimento como política pública na carta constitucional de 1988, amplia-se o mercado de trabalho profissional, sobretudo através da descentralização político-administrativa e municipalização das políticas públicas, com destaque para os canais de participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle das políticas sociais, expandindo as possibilidades de inserção profissional.

Analizando o processo de mudanças ocorridas no contexto da política social brasileira, especificamente na Política de Assistência Social, Santos, Filho e Backx (2013), destacam as implicações trazidas para os profissionais que nela atuam, configuradas em novos desafios e requisições profissionais.

Particularizando o trabalho do/a assistente social, os autores sinalizam que essas mudanças ocasionaram alterações nas organizações, nos serviços, criando novas situações de trabalho para o/a profissional, tanto do ponto de vista de novas demandas, quanto pela precarização das condições de trabalho profissional.

Dentre as novas requisições para os/a assistentes sociais, os autores (2013) enfatizam o que foi denominado de “função gerencial” ou “gestão”. Esta se coloca hoje como um campo forte de atuação profissional, nos mais diversos níveis, tais como: planejamento, controle, organização e direção. Porém, a atual conjuntura exige pensar a gestão de modo mais sistemático e coerente com os princípios norteadores do Serviço Social, situada num contexto de contrarreforma do Estado, bem como seu significado na gestão pública brasileira. Esta preocupação se justifica, segundo os autores, devido à forma como a gestão é tratada no campo das ciências econômicas e como tem sido trazida para o Serviço Social.

É importante assinalar, conforme apontado por Moraes, Azevedo e Silva (2023) que ocorre nesse contexto, um processo de expansão do mercado de trabalho profissional

restringida à precarização do trabalho, de suas condições e relações, num contexto de expansão precarizada dos serviços sociais, uma vez que o mercado de trabalho do Serviço Social também sofre os impactos das determinações estruturais e conjunturais, em uma conjuntura marcada pela crise estrutural do capital, neoliberalismo, reestruturação produtiva, globalização/mundialização do capital e as contrarreformas do Estado e das políticas sociais, como visto anteriormente.

Quarta dimensão de análise: A dimensão ético-política do Serviço Social e suas manifestações no trabalho do/a assistente social na gestão da Política de Assistência Social

Para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa, recorreremos ao debate relativo à dimensão ético-política do Serviço Social entendendo que a mesma integra o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, que de acordo com Iamamoto (2009), condensa as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas do Serviço Social, abrangendo tanto a formação quanto o exercício profissional.

A autora (2009) ressalta que o Serviço Social no Brasil passou por um movimento nas três últimas décadas, se redimensionando e renovando no âmbito de sua interpretação teórico-metodológica, no campo dos valores, da ética e da política, buscando romper com o tradicionalismo profissional e sua base conservadora, bem como qualificar-se academicamente. Além de promover mudanças no plano da dimensão ética, ao construir de forma democrática a sua base normativa, expressa na Lei de Regulamentação da profissão (8.662/1993), que determina as competências e atribuições profissionais e, no último Código de Ética do/a Assistente Social (1993), que prescreve os direitos e deveres dos/as profissionais, segundo princípios e valores humanistas.

Iamamoto (2010) sustenta que a retomada do debate sobre os fundamentos éticos do Serviço Social na década de 1980, não acontece isoladamente, restrito aos muros intraprofissionais. Ressalta que, em nível societário, o debate sobre a dimensão ético-política ganha proeminência frente a pós-modernidade que solapa os princípios ético-políticos que sedimentam a vida em sociedade e como reação coletiva à desmoralização da esfera pública nacional. Desse modo, o debate sobre a ética e a política apresenta suas refrações na profissão, como parte de uma busca mais ampla por um reencontro entre ética, política e profissão, tornando possível repensar a política e o trabalho profissional tendo como norte a construção de sujeitos políticos coletivos.

A proposta parte da defesa da dimensão ético-política do Serviço Social construída e espraída no curso do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, particularmente a partir do que Netto (2005) denomina de “intenção de ruptura”, e intrinsecamente articulada às dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, todas estas, constitutivas, portanto, do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro³, conforme apontado anteriormente.

Segundo Iamamoto (2002), as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social não podem ser consideradas de modo desvinculado dos processos sócio-históricos, mas sim, devem ser consideradas na tratativa das novas demandas que se colocam aos profissionais, além do redimensionamento do espaço profissional, ambos decorrentes das atuais configurações da sociedade: a “radicalização das desigualdades”, as muitas disparidades, a primazia do capital financeiro e a recessão econômica mundial que trazem consigo importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade.

Santos (2013, p. 53-55), abordando as dimensões do Serviço Social, aponta que, aceitar a sua unidade supõe reconhecer as suas diferenças, sem reduzir esta unidade à identidade. Sendo assim, a defesa da unidade não se traduz na ausência de compreensão da singularidade existente em cada dimensão e que são fundamentais no processo de construção da competência profissional.

Desse modo, Iamamoto (2002) considera que a dimensão ético-política do Serviço Social tem seu caráter ligado à fração de classe que não detém o poder numa nova fase do sistema capitalista. No entanto, ante o advento da luta dos trabalhadores, vislumbra-se um movimento de classes contraditórias. É exatamente nesta correlação de forças e de poder que

³ De acordo com Moraes (2016), o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro contemporâneo pode se realizar nas seguintes dimensões no universo da profissão: *nos seus instrumentos legais*, que asseguram direitos e deveres desses profissionais e defendem a autonomia profissional na condução do seu trabalho; *nas expressões da categoria e manifestações coletivas*, através dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS, CRESS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que se posicionam política e publicamente em face da realidade em que vivemos, das expressões da “questão social”, do Estado, sociedade, políticas públicas e demais profissões e que, conforme Yazbek (2014), articulam e organizam a presença dos assistentes sociais em lutas coletivas na direção da construção de outra ordem societária; *na articulação com outras profissões, movimentos sociais e entidades internacionais de Serviço Social*; *no trabalho profissional*, na defesa da qualidade dos serviços prestados, fortalecimento dos direitos dos usuários e a defesa de uma nova sociabilidade, através da construção de uma prática baseada na perspectiva crítico-dialética, por meio do cultivo da pesquisa e da dimensão investigativa, que afiançam a busca do saber-fazer, ancorados no tipo de sociedade que se deseja; *no ensino universitário*, em nível de graduação e pós-graduação, responsável pela qualificação, formação teórica e construção de um perfil profissional dotado de estatuto intelectual. Nesse caso, há a afirmação e defesa das Diretrizes Curriculares de 1996 para o curso de Serviço Social e a luta crítica à contrarreforma universitária, que tem mercantilizado a educação, desqualificando a formação profissional. Além disso, há a *defesa da autonomia e presença política do movimento estudantil no Serviço Social* (Iamamoto, 2011).

a competência profissional se insere no contexto político, estabelecendo aos profissionais, parâmetros a serem seguidos, com destaque para a importância do arcabouço jurídico-político expresso no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662/93, e nas Diretrizes Curriculares, configurando as atribuições e competências profissionais.

Diante dos conflitos gerados pelos interesses contraditórios entre as classes sociais, a/o assistente social tem a atribuição de se articular politicamente em busca de respostas para essas contradições. E é justamente nessa correlação de forças que a dimensão ético-política do Serviço Social se evidencia em benefício da classe que depende da venda da sua força de trabalho para sobrevivência.

A dimensão teórico-metodológica pode ser compreendida como um ponto de partida para apreender a realidade concreta, em busca de um olhar crítico para decifrar a diversidade que constitui o cotidiano do ser social. Sendo assim, a intervenção profissional pressupõe sobretudo o conhecimento da realidade. Desse modo, é necessário construir

[...] uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho. Um atento acompanhamento conjuntural, que propicie no seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras (Iamamoto, 2015, p. 80).

Para Iamamoto (2015), o conhecimento se constitui como um meio de trabalho sem o qual a/o profissional não pode efetivar o seu fazer. Portanto, a dimensão exige qualificação que subsidiará o conhecimento da realidade, por meio de fundamentação que lhe possibilite enxergar a sociedade para além dos fatos aparentes, buscando o desvelamento do real que se apresenta, *a priori*, como uma situação que merece ser escuta qualificada, análise, planejamento, para posteriormente, realizar a intervenção.

Assim, no que se refere à dimensão teórico-metodológica da profissão, ressalta-se a necessidade da/o profissional ser qualificada/o para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural da população com a qual desenvolve o seu trabalho. Em decorrência disto, há necessidade de um rigor teórico-metodológico que a/o habilite a investigar, pesquisar e desvelar a dinâmica da sociedade para além da realidade aparente, buscando aproximação com a sua essência e, a partir desta construção, refletir a respeito de estratégias de ação.

Neste ínterim, a dimensão técnico-operativa, dá suporte ao profissional para conhecer, se apropriar e, sobretudo, construir um conjunto de habilidades técnicas que o possibilite desenvolver suas ações profissionais direcionadas aos usuários, a partir de uma realidade institucional que a/o contrata para realização dos serviços. Desse modo, torna-se necessário

responder tanto às demandas colocadas pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social” (Souza, 2022, p. 126).

Vasconcelos (2013, p. 26) ressalta que

os valores, os princípios, as referências e os compromissos contidos no projeto profissional expressam uma visão emancipatória de mundo, que se tomados conscientemente como parâmetro, podem fornecer horizontes, direção e estratégias de ação para criação das condições objetivas, nos espaços profissionais na luta político-econômica, para sua defesa e realização. Podem fornecer também, as bases de práticas democráticas, críticas, conscientes e criativas.

Nesse movimento, pretendemos refletir a respeito das expressões da dimensão ético-política do/a Serviço Social no trabalho do/a assistente social como gestor/a da Política de Assistência Social diante dessa lógica perversa. Portanto, não se trata de uma abordagem que culpabiliza o/a assistente social pela atuação na gestão da Política de Assistência Social pautada ou não pela dimensão ético-política da profissão, mas de uma investigação que pretende tratar, a partir dos princípios de totalidade, historicidade e contradição dialética, as suas múltiplas determinações.

Diante disso, *pressupomos* que a partir de seu direcionamento ético-político, o/a Assistente Social situado na esfera da gestão da Política de Assistência Social, poderá em dados momentos, pautar a sua gestão na construção de uma hegemonia afirmadora e garantidora dos direitos dos usuários da política, alinhada ao Projeto Ético-Político da categoria profissional e às normativas do SUAS e, de forma contraditória e dialética, também poderá em outros momentos, reproduzir a ideologia da classe dominante, operacionalizada por meio da realidade político-institucional dos municípios em que atuam, estando sujeito/as a reproduzir traços de assistencialismo presentes na cultura política local. Podendo ainda recorrer, na trama das disputas que se forjam no jogo político, a um e a outro posicionamento no decorrer de sua atuação na gestão.

Nesse sentido, pressupõe-se que a profissão, em sua dimensão ético-política, vem sendo atravessada, nos últimos anos, por um neoconservadorismo que, para além do contexto sócio-político de ultraneoliberalismo e bolsonarismo⁴, também pode se fundamentar na

⁴ “O bolsonarismo é a expressão atual do fascismo brasileiro. Uma corrente política que encarna a função de cão de guarda dos interesses do capital financeiro e da burguesia imperialista. Trata-se de um instrumento para dar sobrevida ao capitalismo em meio a desintegração do estado liberal e a decadência econômica. Tal como na trajetória do fascismo no século XX, o bolsonarismo aproveita-se da situação de miséria crescente para adotar um discurso antissistema, fundamenta sua ideologia na tese de que a Nação e o Estado estão acima de todos, ou seja, mascarando os interesses diametralmente opostos entre trabalhadores e patrões, recorrendo a repressão sexual e ratificando os valores da falida família nuclear monogâmica, da sociedade patriarcal e da religião. Dito de outro modo, o bolsonarismo, vende a ideia de que os problemas do país resultam da luta de classes, do liberalismo sexual e da falta de Deus.” (Silva, 2020)

fragilidade da formação profissional crítica e em valores conservadores que podem impactar sua atuação enquanto gestor/a da Política de Assistência Social. Barroco (2015) aponta que o neoconservadorismo se apresenta como uma forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, que visa combater o Estado social e os direitos sociais e almeja uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de repressão violenta a todas as formas de contestação à ordem social estabelecida e aos costumes tradicionais.

A autora chama atenção para o fato de que as profissões não estão imunes a esse processo e que a intolerância e o racismo perpassam a formação e o exercício profissional e, deste modo, o irracionalismo adentra as universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno que, ao lado do neopositivismo contribui para o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e para a naturalização da desigualdade, contribuindo para o fortalecimento da resignação e pessimismo em face da realidade.

Levando em conta o contexto acima apresentado, consideramos este debate relevante, destacando o mérito da pesquisa em nível nacional, tendo em vista constatarmos que ainda que se tenha avançado no debate da gestão no âmbito do Serviço Social brasileiro, este ainda possui lacunas, devido a uma produção, aparentemente, rarefeita e que necessita ser ampliada, aprofundando-o na relação entre a gestão do Serviço Social e a dimensão ético-política da profissão; a Assistência Social como direito integrante da Seguridade Social e, a relação destes elementos com as transformações que vêm se configurando a partir do recrudescimento do neoliberalismo.

Neste cenário, ratifica-se, portanto, a importância de pensar como este contexto impacta no trabalho do/a assistente social na gestão da Política de Assistência Social, particularizando a análise relativa às expressões da dimensão ético-política do Serviço Social brasileiro neste espaço de atuação profissional, tendo em vista ser uma profissão que possui um projeto profissional que se articula a um projeto de sociedade.

METODOLOGIA

A proposta de pesquisa recorrerá ao referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, articulando as categorias basilares na concepção teórico-metodológica marxiana: totalidade, historicidade, contradição e mediação.

Netto (2011), ao discorrer sobre o método em Marx, afirma que o objetivo do pesquisador é ir além da aparência imediata e empírica, para que se apreenda a essência do objeto, ou seja, capturando a sua estrutura e dinâmica, por intermédio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese. Destaca também que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico se constitui numa relação em que o sujeito está implicado no objeto.

De acordo com o sinalizado por Netto (2011), o método para Marx implica “uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (p.53).

A proposta em tela recorrerá, para o seu desenvolvimento fundamentado no materialismo histórico-dialético, ao estudo exploratório, de natureza qualitativa, que se materializará na pesquisa bibliográfica de tipo narrativa ou tradicional.

De acordo com Gil (2002), o estudo exploratório tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema da pesquisa de modo a torná-lo mais explícito ou a subsidiar a construção de hipóteses.

Já segundo Batista e Kumada (2021, p. 9), “trata-se de uma forma mais abrangente de consulta às produções, sobretudo se comparado aos rígidos protocolos seguidos em uma revisão sistemática”.

Em articulação à pesquisa bibliográfica narrativa ou tradicional e ao estudo exploratório, recorreremos à metodologia de análise de conteúdo, cuja principal referência é a autora Laurence Bardin, que nos permitiu uma análise mais aprofundada dos dados, fornecendo uma maior compreensão dos padrões e significados presentes no material coletado.

Bardin (2016) divide a análise de conteúdo em três etapas principais: na primeira, a autora denomina pré-análise, que constitui a fase preparatória da pesquisa, onde o material é organizado e inspecionado, englobando atividades tais como: a leitura flutuante – caracterizada como uma leitura breve com objetivo de obter uma visão geral do material; a seleção do material a ser analisado; a formulação das hipóteses e objetivos, além da definição do que espera-se encontrar e, por último, o levantamento do referencial teórico, que estabelecerá as bases teóricas que servirão de norte para a análise.

Para esta pesquisa, nesta etapa, recorreremos ao Catálogo de teses e dissertações da CAPES, tendo como recorte temporal, os anos de 2005 a 2022. O critério utilizado para o recorte temporal se refere ao ano de implantação do SUAS e as etapas de implementação e expansão durante os governos Lula e Dilma até os ajustes ocorridos nos governos Temer e Bolsonaro.

Para tanto, recorreremos às seguintes chaves de busca: Serviço Social e Gestão da Política de Assistência Social; trabalho de assistentes sociais; dimensão ético-política do Serviço Social; Dimensão ético-política do Serviço Social e gestão da Política de Assistência Social.

Após a seleção do material, foi realizada leitura inspecional, selecionando o *corpus* final da pesquisa que pode ser identificado na linha do tempo a seguir:

Figura 1: Linha do tempo – Corpus da pesquisa mapeado



Fonte: Da autora, 2024

Na segunda etapa da análise de conteúdo, Bardin (2016), incorpora a exploração do material. Desse modo, o conteúdo é codificado e classificado em categorias, tendo as seguintes etapas principais: a codificação, momento em que os dados brutos são transformados em unidades que permitem descrever de modo mais exato as características mais relevantes do conteúdo; a análise categorial, onde são definidas e agrupadas as categorias de análise e, por fim, o recorte, onde serão delimitadas as unidades de registro e contexto.

Para esta etapa, recorreremos ao *software* de pesquisa IRAMUTEQ®, como ferramenta de apoio ao processamento dos dados na pesquisa qualitativa. Consiste em um *software*

gratuito e desenvolvido sob a lógica do *open source*, licenciado por GNU GPL [v2], que se ancora no ambiente estatístico do *software* R e na linguagem *python*. O IRAMUTEQ® viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde as mais simples como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras) até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análise de similitude), organizando a distribuição do vocabulário de modo compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras), conforme sinalizado por Camargo e Justo (2013).

Para análise de dados com recurso ao Iramuteq, optamos pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), cujo objetivo é apresentar as diferentes temáticas dentro de um grupo de texto comum, suas especificidades mais fortes e grupos que possuem menos associação entre si. Esta análise apresenta a divisão da interpretação dos temas e subtemas presentes.

A análise do software evidenciou que *corpus* geral da pesquisa dividiu-se em 772 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 629 STs, ou seja, **81,48 %** do *corpus*, o que corrobora com um resultado positivo para o prosseguimento das análises. Emergiram 27.586 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2.912 palavras diferentes e 1.371 palavras mencionadas uma única vez. O conteúdo analisado foi categorizado em cinco classes: **Classe 1**, com 131 STs (20,8%); **Classe 2**, com 132 STs (21%); **Classe 3**, com 86 STs (13,7%); **Classe 4**, com 151 STs (24%) e a **Classe 5**, com 129 STs (20,5%).

Finalmente, a terceira etapa da análise de conteúdo, consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, onde os dados codificados serão interpretados, sendo as informações tratadas de modo a permitir inferências relevantes e uma interpretação que se alinhe aos objetivos da pesquisa.

Esta etapa é crucial para a transformação dos dados brutos da pesquisa em resultados significativos e interpretáveis. Nesta etapa, o pesquisador se atém aos dados com o objetivo de extrair inferências válidas que possibilitem produzir interpretações que correspondam aos objetivos da pesquisa. A partir da organização dos dados, o pesquisador pode identificar padrões, relações e tendências que possam esclarecer as questões estabelecidas na pesquisa. Essa interpretação não se limita à mera descrição dos dados, envolve uma análise crítica e reflexiva que considera o contexto em que o material foi produzido, as possíveis intenções dos autores utilizados como fundamentação teórica e as implicações dos achados para a área de estudo do pesquisador.

As interpretações se deram a partir da análise dos segmentos de texto evidenciados na análise do software IRAMUTEQ® e relacionados as seguintes palavras-chave: projeto profissional/ projeto ético-político; gestão; política de assistência social.

A pesquisa encontra-se estruturada da seguinte maneira, no primeiro capítulo discorremos sobre a de Assistência Social como direito garantido após a Constituição Federal Brasileira de 1988, integrante da seguridade social e suas contradições enquanto política social na economia capitalista, abordando as transformações ocorridas sobretudo ao final da década de 1970, em meio à crise cíclica do capital e as respostas empreendidas com a adoção do neoliberalismo gerencial.

No segundo capítulo apresentamos a discussão do trabalho do/a assistente social como gestor/a na Política de Assistência Social, apresentando a discussão da reestruturação do trabalho no modo capitalista de produção e como esta impacta significativamente as possibilidades de intervenção do trabalho do assistente social em decorrência de sua condição de trabalhador assalariado.

Por fim, no último capítulo apresentaremos as análises e interpretações relativas às expressões da dimensão ético-política do Serviço Social no trabalho como gestor/a na política de assistência social a partir da produção científica brasileira publicada pela Área de Serviço Social, entre os anos de 2005 a 2022, através da categorização e análise das palavras com maior ocorrência no dendograma de palavras gerado pelo *software* de pesquisa IRAMUTEQ®.

1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO CONSTITUCIONAL INTEGRANTE DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL

No presente capítulo temos por objetivo descrever brevemente a trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil, sua emergência e especificidades, apresentando neste processo histórico, sua elevação ao *status* de política pública de Seguridade Social, além de também abordar o processo de reorganização do Estado com o advento do neoliberalismo gerencial e seus rebatimentos para a implementação e expansão da Política de Assistência Social. Para melhor elucidar os elementos supracitados, dividimos o capítulo em três itens sendo eles “A trajetória da Assistência Social no Brasil: do assistencialismo à política pública integrante da Seguridade Social brasileira”; o segundo “O capitalismo de tipo neoliberal e seus impactos na Política de Assistência Social no Brasil; e por fim o item que trata “A (contra) reforma administrativa do Estado: aspectos do neoliberalismo gerencial e seus impactos pós Constituição Federal de 1988”.

Buscamos, portanto, demarcar a existência de dois projetos que tencionam, na disputa por espaço e poder político, considerando as forças conjunturais e questões internas. De um lado, o projeto preconizado na Constituição Federal brasileira de 1988, com a proposta de um sistema de proteção social universal e igualitário e, de outro, um projeto que representa os interesses e tendência do capitalismo de tipo neoliberal, conforme apontado por Fontenele (2016). De modo geral, o projeto neoliberal defende as políticas de austeridade, a flexibilização do mercado de trabalho, a defesa do livre mercado, mas extrapola o âmbito da economia ao adentrar as relações sociais e produzir maneiras de viver e subjetividades, conforme apontam Dardot e Laval (2016). De acordo com os autores, o neoliberalismo define/delimita normas de vida nas sociedades ocidentais, impondo a cada um, um universo de competição generalizada.

1.1 Trajetória da Assistência Social no Brasil: do assistencialismo à política pública integrante da Seguridade Social brasileira

Neste primeiro item buscamos apresentar a trajetória histórica da Assistência Social no Brasil, demarcando a mudança do paradigma assistencialista ao *status* de política pública que integra a Seguridade Social brasileira junto às políticas de saúde e de previdência social. Ressaltamos a complexidade e contradição existentes na política social dentro do sistema

capitalista, enquanto forma de proteção social historicamente construída, levando em conta, também as especificidades da formação sócio-histórica brasileira e seus impactos nesse contexto.

Contudo, traçar um histórico da Assistência Social no Brasil requer considerar as contradições que permeiam a sua trajetória. Importa sinalizar as contradições, pois como aponta Fontenele (2016), por um lado, representa um mecanismo de respostas às necessidades de subsistência de grupos vulnerabilizados, taxados como cidadãos de menor porte e/ou subcidadãos que não se encontravam inseridos na sociedade salarial pela via do trabalho formal; e de outro lado, gera meios de controle da população mais pobre, envolvendo tutelas, estigmatização e criminalização de suas práticas.

A autora (2016) demarca também que historicamente, a Assistência Social se forjou como expressão de um tratamento dual na proteção social da sociedade capitalista brasileira. Desse modo, as políticas de corte social foram designadas ao trabalho, enquanto que a população mais pobre era destinada à Assistência Social numa perspectiva mista de ações públicas pontuais, emergenciais e clientelistas, além de ações da esfera privada, relacionadas ao setor não lucrativo.

Ao enfatizar o caráter contraditório e complexo da política social no capitalismo, Pereira (2020) ressalta a necessidade de se compreendê-la de modo mais aprofundado e que extrapole seus aspectos técnico-gerenciais de cunho institucional e estatista. Tal necessidade se dá pelo fato de que identificar a política social como intervenções planejadas, sob a forma de provisões públicas, com vistas a suprir carências vitais, ampliar a inclusão e reduzir riscos sociais corrobora para ocultar e camuflar a existência, no interior do capitalismo, de contraofensivas epistemológicas, teóricas, metodológicas e práticas que revelam limites e fragilidades existentes na razão burguesa.

A emergência e o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil apontam para especificidades no que diz respeito a sua formação sócio-histórica, a industrialização e a expansão capitalista que só se consolidam tardiamente no século XX, trazendo rebatimentos no campo político-econômico e social. Ocorre um aprofundamento das disparidades econômicas, sociais e regionais, ao mesmo tempo em que são favorecidas a concentração social, regional e racional de renda, prestígio e poder, sendo o Estado capturado historicamente pelo bloco dominante por meio da violência ou cooptação de interesses, num processo de “modernização pelo alto”, se antecipando às demandas populares em nome da preservação da ordem (Iamamoto, 2009).

Fontenele (2016) indica haver uma polêmica relacionada à origem das políticas sociais no Brasil em seu marco inicial, considerando: a) os períodos que compreendem o fim do século XIX até as duas décadas iniciais do século XX, configurando as primeiras iniciativas; b) as décadas de 1923-1930, que conformam o surgimento das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs); e c) o intervalo entre os anos 1930-1945, referentes ao governo Vargas.

A autora (2016) considera também que, as políticas sociais no Brasil, como estratégia de intervenção direta do Estado, abrangem três momentos significativos: a revolução de 1930 até 1964; a ditadura militar (1964-1985), e a partir da chamada Nova República, sobretudo por ocasião da promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, e, mais recentemente, a ascensão dos programas de transferência de renda associados à proteção à família, com prevalência a partir da década de 1990.

Ainda segundo a autora, as medidas voltadas para o trato da pobreza passam por ações ligadas às questões trabalhistas e previdenciárias, objetos de regulação jurídica pelo Estado, onde mesmo sem possuir uma formulação de política pública, as legislações sociais exprimem preocupação e meio de intervenção, com dupla perspectiva: atender às reivindicações do proletariado e, contraditoriamente, às necessidades do capitalismo.

No que diz respeito às formas assumidas pela assistência no período que antecede a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, tem-se que a Assistência Social como forma de proteção social⁵ historicamente construída no Brasil, foi concebida como prática exercida em favor dos mais pobres em nome da caridade ou como mediação do Estado para minimizar conflitos sociais mediante o advento da questão social⁶, sempre dentro da lógica de favor, ajuda, benesse, inexistindo a concepção de direito social, tal qual estabelecida na atualidade, o que corroborou para uma relação de subalternidade e dependência entre “benfeitor” e “assistido”.

Iamamoto e Carvalho (2013) ressaltam que diante do advento da questão social, diversas classes e frações de classe dominantes são obrigadas a se posicionar, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja, refletindo as profundas transformações que alteram o perfil da sociedade brasileira a partir da implantação e consolidação de um polo industrial, englobando

⁵ “Por proteção social entendem-se formas às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. ” (Di Giovanni, 1998 *apud* Yazbek, 2006:127)

⁶ A questão social é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. ” (Iamamoto, 2000:27)

o conjunto de questões que atravessam a vida em sociedade naquele momento, e que exigiram modificações na composição de forças dentro do Estado e em seu relacionamento com as demais classes sociais.

Fontenele (2016) recorrendo também a Yamamoto e Carvalho (1986), ressalta que a assistência aos pobres vai surgir através de iniciativas particulares, num primeiro momento, ligadas à Igreja Católica, sobretudo envolvendo a hierarquia do clero, as ordens religiosas e os leigos, datando dos primórdios do período colonial, sendo organizadas tanto por intermédio de instituições filantrópicas, de ajuda a indigentes e doentes, como no controle direto do proletariado, no final do século XIX, quando datam as primeiras indústrias, fábricas, vilas operárias e sindicatos.

Nesse contexto,

a assistência social é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento de pena, de comiseração ou, então, quando praticada pelos governos, como providência administrativa emergencial, de pronto atendimento, voltada tão-somente para reparar carências gritantes de pessoas que quedaram-se em estado de pobreza extrema (Pereira, 2001, p. 218).

Souza (2009) ao se referir a Assistência Social no período anterior à CF de 1988, salienta que “o assistencialismo consiste, justamente, em potencializar este sentimento a ponto de comprometer o receptor da ação em uma relação de troca em que, por exemplo, a gratidão é substituída pelo voto ou por apoio político”, como meio de legitimar o poder político das classes dominantes e exercer o controle social sobre a população mais pobre.

A autora (2009) ressalta que, no paradigma assistencialista, a noção de favor é potencializada, se estabelecendo, desse modo, uma relação de subalternidade que transforma o beneficiário em um eterno dependente. Neste sentido, inexistente a concepção de assistência enquanto direito, e as ações são praticadas em nome de interesses variados como religiosos, políticos, humanitários, dentre outras possibilidades.

No período compreendido entre 1937 a 1945, foram criadas grandes instituições de Assistência Social, dentre as quais o Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942. Embora ambas contemplem características clientelistas e filantrópicas, carregadas de aspectos de controle social das classes subalternizadas, com o objetivo de manter o ciclo de reprodução de poder das classes dominantes sobre a população mais vulnerável, como meio de atenuar os conflitos presentes nas relações entre as classes, o que corrobora para a dissociação da perspectiva da Assistência Social como direito.

Yazbek (2006) destaca que, com o passar dos anos, as velhas formas de socorrer os pobres, gestadas na filantropia e na benemerência, evoluem passando pela arrecadação de fundos para a manutenção de instituições carentes, auxílio econômico, apoio à família, orientação para a maternidade, campanhas de incentivo à higiene, dentre outras possibilidades para políticas, programas e projetos anunciados como formas de combate à pobreza.

Porém, se faz necessário pontuar que as políticas sociais no Brasil, chegam à década de 1970 marcadas por um caráter centralizador, autoritário, burocrático, clientelista, fragmentado, privatista e ineficaz. (Fleury, 1989 *apud* Fontenele, 2016, p. 79)

No âmbito da Assistência Social, o marco da mudança de paradigma se deu a partir da promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, que ocorreu após um processo de redemocratização do país, rompendo com mais de 20 anos de ditadura militar, contando com a participação de diversos segmentos da sociedade com o intuito de legitimar os direitos sociais como fruto de lutas e reivindicações dos movimentos sociais.

Importante ressaltar que, apesar da forte repressão às lutas sociais e às manifestações populares contrárias à política do regime de exceção da ditadura militar, conforme apontado por Rocha (2008), o marco mais importante da luta por maior participação na esfera pública se origina no seio da resistência contra a ditadura militar, datando da década de 1970 e 1980, através de novos movimentos populares e segmentos da classe média organizados em torno das reivindicações relativas à educação, saúde, moradia, saneamento básico e transporte coletivo. Desse modo, após um período de luta às escondidas, surgem novas expressões da luta social, tendo como referência, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base e o movimento operário do ABC Paulista.

Rocha (2008) recorre a Ciconello (2008) para trazer apontamentos sobre a articulação e mobilização dos novos movimentos sociais no período da ditadura militar, e a despeito do controle e da restrição da liberdade de expressão e associação de indivíduos e grupos políticos e sociais que exercessem algum tipo de crítica ao regime no período. O autor destaca a existência de algum espaço de mobilização e debate na base da sociedade brasileira, sendo esse espaço utilizado estrategicamente por organizações formais e informais, militantes, religiosos, intelectuais e movimentos sociais inspirados por referenciais teóricos e morais como a Teologia da Libertação e a Educação Popular de Paulo Freire.

Dentro do contexto de lutas pela redemocratização, temos a promulgação da Constituição Federal brasileira, em 5 de outubro de 1988, sendo esta o instrumento normativo mais importante do ordenamento jurídico brasileiro desde então.

De acordo com Behring (2008)

a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos (...). Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (...), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica. (Behring, 2008, p. 143).

Couto (2010) destaca que as décadas de 1980 e 1990 representaram um paradoxo no que diz respeito ao encaminhamento de uma nova configuração para o cenário político, econômico e social brasileiro, sendo desenvolvido um processo singular de reformas com vistas a ampliar o processo de democracia, que se evidencia na transição dos governos militares para governos civis e a organização política e jurídica demonstrada na Carta Constitucional, considerada como balizadora da tentativa de se estabelecer novas relações sociais no país.

A partir da CF de 1988, a Assistência Social passa a integrar a Seguridade Social. De acordo com Simões (2014), o conceito de Seguridade Social foi instituído em garantia do direito à saúde, à previdência e à Assistência Social, sendo considerado fundamental à manutenção da sociedade democrática.

Vianna (2001) ressalta que a expressão seguridade social implica uma visão sistêmica da política social e, neste sentido, foi incluída na CF de 1988. Ao adotar esse sentido, a CF de 1988 entende a política social como um conjunto integrado de ações, dever do Estado e direito do cidadão, incorporando, ainda que de forma tardia e nominal, um dos grandes símbolos do século XX.

A Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo II, trata da Seguridade Social, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à Assistência Social. Simões (2014) ressalta que a Seguridade tem como finalidade garantir patamares mínimos de vida da população em razão de reduções provocadas por contingências sociais e econômicas. Tal objetivo expressa a relevância atribuída pela CF de 1988 à saúde, à previdência e Assistência Social, em consonância com os direitos sociais descritos em seu artigo 6º, sob o signo de sua concepção universal, não mais reduzidos às relações de trabalho.

Simões (2014) sinaliza ainda que a Seguridade Social se constitui como uma instituição político-estatal, que conta com a participação de entidades da sociedade civil por meio de consórcios ou convênios administrativos com o Poder Público, objetivando uma ação

social que na saúde, previdência e Assistência Social, assegure à população o atendimento das necessidades básicas (mínimos sociais).

Apesar dos resquícios de conservadorismo (Ávila, 1990 *apud* Fontenele, 2016), a CF de 1988 representou avanços significativos no que tange a proteção social, tais como a ampliação e extensão dos direitos sociais, universalização do acesso, expansão da cobertura, amortecimento do vínculo contributivo, concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção, recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores mínimos dos benefícios sociais, princípio da responsabilidade do Estado e da esfera pública no atendimento dos direitos (Fontenele, 2016).

A CF de 1988, em seu artigo 203 evidencia que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho, dentre outros.

Fontenele (2016) chama a atenção para a expressão “a quem dela necessitar”, considerando-a ao mesmo tempo restritiva e elástica, tendo em vista não definir claramente e com parâmetros, qual a representação da palavra “necessitar”, a partir de quando e com quais critérios se pode acessar a política pública de Assistência Social. Este elemento demonstra a continuidade da marca histórica de definir a Assistência Social a partir de uma clientela específica e não por serviços ou necessidades específicas da população alvo (Pereira, 1996 *apud* Fontenele, 2016)

A partir deste marco, conforme ressalta Yazbek (2008), é instaurado um novo tempo para a Assistência Social, que adquire *status* de política social pública, integrante da Seguridade Social, onde inicia sua trajetória para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

De acordo com Pereira (2001), a Assistência Social ao se instituir como política pública, direito de cidadania, passa a integrar e se definir como um braço da Seguridade Social, em sua dimensão distributiva, em contraposição à dimensão contributiva da previdência social, configurando a premissa de universalização do acesso.

Ainda de acordo com a autora, este novo *status* dado a Política de Assistência Social a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, constitui

uma verdadeira revolução no campo da proteção social brasileira, exigindo não só alterações de paradigmas, concepções, legislações e diretrizes operacionais, mas o rompimento com a antiga cultura conservadora que se baseava em arraigados

mecanismos viciosos de atenção à pobreza como: paternalismo, clientelismo, fisiologismo, dentre outros. (Pereira, 2001, p. 219, 220).

Pereira (2001) salienta que a partir da CF de 1988, a Política de Assistência Social passa a ser definida como uma política pública, integrante da Seguridade Social que visa de forma gratuita e desmercadorizada, contribuir para a melhoria das condições de vida e de cidadania dos segmentos mais pauperizados da população por meio da adoção de três procedimentos básicos: o provimento público de benefícios e serviços básicos como direito de todos; a inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem dos frutos do progresso; e a manutenção da inclusão supracitada e estímulo ao acesso a patamares mais altos de vida e de cidadania, por intermédio do desenvolvimento de ações integradas no âmbito das políticas públicas.

Nesses termos, a Política de Assistência Social, conforme apontado por Fontenele (2016), deve ter como princípios a supremacia das necessidades sociais sobre a rentabilidade econômica, a universalidade dos direitos sociais; o respeito à dignidade, à autonomia e ao direito do cidadão, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e divulgação ampla dos benefícios e serviços. Além disso, a organização e gestão da Assistência Social preconiza a primazia da responsabilidade estatal na condução da política, a descentralização político-administrativa, comando único das ações em cada esfera de governo, com atribuições determinadas para cada uma delas e a participação da população por intermédio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis político-administrativos.

A autora ressalta ainda que nesse conjunto de conquistas, a Assistência Social passa a ser tratada como política de direito, rompendo (pelo menos juridicamente) com o paradigma anterior de dádiva, favor, filantropia ou caridade, passando de uma prática ligada à obrigação moral, conduzida sem planejamento, pontual e improvisada a ser definida como uma prática que exige a formulação da política, a definição de objetivos, critérios, métodos e diretrizes determinadas, construindo, assim, uma mudança de paradigma na forma de se conduzir a Assistência Social, considerando seus fundamentos legais, institucionais, a despeito dos limites e grandes desafios postos.

Como arcabouço jurídico instituído após a Constituição Federal brasileira de 1988, no que tange a Política de Assistência Social, de modo sucinto, temos:

- A criação da Lei 8742/93, A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que apresentou um novo desenho institucional para a Assistência Social, regulamentando

os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e dispendo sobre a organização da Assistência Social; com as diretrizes de descentralização político-administrativa, participação popular e responsabilidade estatal.

- PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, define o novo modelo de gestão da política e apresenta as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.
- NOB/SUAS/2005 – Norma Operacional Básica de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, consagra os eixos estruturantes do pacto entre os três entes federados, União, Estados e Municípios, as instâncias de articulação, pactuação e deliberação para a implementação e consolidação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.
- NOB-RH/SUAS/2006 – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, estabelece princípios, diretrizes e normas gerais para a gestão do trabalho no SUAS.
- Lei 12. 435, de 6 de julho de 2011, altera a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.
- NOB/SUAS/2012 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovada pela Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012, dispõe sobre o sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Diante do exposto podemos observar, concordando com Yazbek (2008), que a Assistência Social, como política de proteção social vem obtendo importantes avanços ao longo dos anos no que tange a efetivação de mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária desta política. Ainda de acordo com a autora, vemos que a partir dessa arquitetura e das mediações que a forjam, torna-se possível, efetivamente, realizar, na esfera pública, direitos referentes à Assistência Social. Porém, não se pode esquecer que, pela vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário a Assistência Social brasileira está impregnada de uma forte herança assistencialista que se consubstanciou pelo viés do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas historicamente na cultura política do país, principalmente no trato com as classes subalternas. Isso nos mostra que, apesar dos inegáveis avanços obtidos a partir da

Constituição Federal brasileira de 1988, ainda permanecem na Assistência Social brasileira, concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, primeiro damistas e patrimonialistas.

É possível vislumbrar que, para além da cultura política que faz com que Política de Assistência Social esbarre nos tradicionais mecanismos do favor e do clientelismo, merece destaque também, de acordo com Yazbek (2008), o contexto político e econômico em que se deu a transição democrática e a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, com destaque para a ampliação da desigualdade na distribuição de renda e a vulnerabilização do trabalho, além da retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e crescente subordinação das políticas sociais, como a Assistência Social, às políticas neoliberais de ajuste econômico, tendo como resultado a restrição dos gastos públicos.

Construída uma breve contextualização da trajetória da Assistência Social no Brasil, remetendo aos primórdios, ante a inexistência de um sistema de proteção social universal, apontamos suas características históricas e os desafios trazidos pelo redesenho institucional da política que, ao mesmo tempo, convive com os resquícios da cultura política do assistencialismo, bem como com a agenda neoliberal e seus rebatimentos para a Política de Assistência Social, que serão abordados no próximo item.

1.2 O capitalismo de tipo neoliberal e seus impactos na Política de Assistência Social no Brasil

Nesta seção da dissertação, abordaremos o contexto político e econômico contemporâneo, enfatizando o capitalismo de tipo neoliberal, como estratégia de enfrentamento à crise estrutural e sistêmica do capital e frente ao acirramento da desigualdade social e seus impactos na Política de Assistência Social.

De acordo com Iamamoto (2009), a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista é compreendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições, ou seja, a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. Este processo se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua totalidade, envolvendo os sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder estabelecidas e os antagonismos de classe.

A autora (2009) destaca que tal modo de vida abarca duas contradições básicas: de um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, fruto do caráter cada vez mais social da produção, em contraposição à apropriação privada do trabalho da classe trabalhadora. De outro lado, o crescimento do capital implica a crescente

pauperização relativa do trabalhador, determinando a lei geral da acumulação capitalista, gênese da questão social nesta formação social.

A partir do colapso do regime de acumulação keynesiano/fordista e decorrência da crise estrutural e sistêmica do capital que vem à tona na década de 1970, o sistema capitalista buscou saídas em novas bases econômicas e sociais de sustentação que culminaram na construção de outro regime de acumulação, denominado neoliberalismo, que demanda um Estado e políticas sociais totalmente funcionais às necessidades de lucro do capital e não mais a satisfação das necessidades humanas (Pereira, 2020).

A década de 1970 do século XX demarca uma segunda crise estrutural no sistema capitalista, que se estende pela década de 1980, com consequências em termos de desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e de produtividade que se espalham pela economia a nível internacional, conforme aponta Soares (2009).

De acordo com a autora acima referida

trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente – denominado de neoliberal – que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma nova pobreza (Soares, 2009, p. 12).

A tendência mundial de queda nas taxas de lucro desde a crise que ocorre no final da década de 1960 e início dos anos 1970, agravada pelas crises cíclicas seguintes, ocorridas nos anos 1980, 1990 e 2000, faz com que os países se defrontem com a crescente destruição dos postos de trabalho, o aumento exponencial do desemprego, a destruição das forças produtivas e muitos deslocamentos forçados devido à ocorrência de guerras, violência e miséria, (Boschetti e Behring, 2021), agravando e complexificando a Questão Social.

Behring (2015) ressalta que as respostas aos sinais de esgotamento e crise do keynesianismo são dadas subjetiva e objetivamente pelo capital pela via da reestruturação produtiva, da globalização e da ofensiva neoliberal.

De acordo com Andrade, Côrtes e Almeida (2021), o neoliberalismo, eixo de análise central nesta dissertação, pode ser definido como uma construção política da sociedade conforme o modelo de mercado, constituindo-se como modo de regulação ou regime de governamentalidade que se tornou predominante na fase atual do capitalismo, decorrendo em diferentes níveis inter-relacionados.

Brown (2019) enfatiza que o neoliberalismo não possui uma definição estabelecida. O termo foi cunhado pela primeira vez no Colóquio Walter Lippmann em 1938, tendo sido uma

reunião de acadêmicos que lançaram as bases político-intelectuais do que posteriormente se tornaria a Sociedade Mont Pèlerin. O neoliberalismo é geralmente associado a um conjunto de políticas privatizantes da propriedade e dos serviços públicos, redução radical do Estado Social, mordida do trabalho, desregulamentação do capital e produção de impostos e tarifas interessantes aos investidores estrangeiros.

Já Dardot e Laval (2016) depreendem que “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (p. 17). Os autores afirmam ainda que o neoliberalismo se constitui como razão do capitalismo contemporâneo, um capitalismo desimpedido de suas referências arcaicas e assumido como construção histórica e norma geral de vida. Essa norma impõe aos indivíduos que vivam num universo de competição generalizada, conclama os assalariados e as populações a viver em luta econômica uns contra os outros, intima as relações sociais a seguir o modelo de mercado, obriga a justificar as desigualdades cada vez mais acentuadas, mudando até o indivíduo, que é demandado a conceber a si mesmo e a portar-se como uma empresa.

Desse modo, conforme apontam Dardot e Laval (2016), o que está em jogo com o neoliberalismo é “a forma de nossa existência, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (p. 16)

Brandão (2017) analisa a crise e os impactos do neoliberalismo/rodadas de neoliberalização em escala mundial e também nacional, discutindo os seus possíveis impactos no mundo do trabalho. O autor conceitua a neoliberalização como *um processo contraditório* que se desenrola nos últimos anos, de modo diversificado, especialmente desigual e dependente da trajetória e que vem se estendendo e se arraigando em variadas escalas. Em se tratando do Brasil, o autor afirma que nos últimos 20 anos, compreendendo 1995 a 2015, o país sofreu três rodadas de neoliberalização, lançando mão de dispositivos, mecanismos e instrumentos diferenciados de experimentações re-regulatórias, com variadas repercussões.

Brandão (2017) recorre a autores da literatura crítica a respeito do neoliberalismo, para demonstrar a proposição dos mesmos no que diz respeito a uma periodização, em dois momentos distintos do processo de neoliberalização. Desse modo, as formas neoliberalizadoras ocorreriam em duas fases de reestruturação regulatórias distintas: a primeira, denominada *Roll-Back*, com características de um ataque ofensivo, que promove o desmantelamento das instituições, culminando na desorganização dos centros de poder, espaços burocráticos, procurando por meio de diversos mecanismos, disciplinar os sujeitos coletivos. Já na segunda rodada, denominada *Roll-Out*, de re-regulação, ocorre um

reentricheiramento, de modo a enfrentar modos de governança diversos erguidos anteriormente, promovendo uma incursão e implantação regulatória que garanta modos de adequação aos objetivos dos mercados.

Para o autor (2017), o Brasil, em aproximadamente 20 anos, demonstrou a fragilidade de sua experiência democrática, construindo três rodadas de neoliberalização bastante distintas, um *Roll-Back*, um *Roll-Out* e um novo *Roll-Back* ainda mais radical que o primeiro, sendo que “em todas elas persistiu a redistribuição em favor das rendas do capital, em detrimento das rendas do trabalho” (p. 65).

Brandão (2017) situa que a primeira rodada de neoliberalização é identificada nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que foram empreendidas iniciativas de *Roll-Back*, com ataque e desmonte de instituições públicas atuantes na regulação do mercado, sendo um período marcado também por privatizações, pela internacionalização da economia, destruição dos postos de trabalho, dos direitos sociais e atitudes repressoras para com os movimentos sociais.

Já a segunda rodada de *Roll-Out*, é identificada pelos autores durante os governos do Partido os Trabalhadores (PT), nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2016), em que foram implementadas reestruturações regulatórias de vasto alcance, criando estratégias de conformação aos mercados com a defesa dos direitos sociais. A referida rodada *Roll-Out* é denominada como uma onda intermediária dentro do conjunto das três rodadas de neoliberalização.

Posteriormente, em 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorre um aprofundamento dos processos neoliberalizantes, de modo a permitir o livre funcionamento do mercado, em um período marcado por uma forte crise institucional e política, além de ataques à democracia e pulverização da rede de proteção social brasileira. Tal rodada aponta para um novo *Roll-Back* ainda mais radicalizado que o primeiro.

Para Moraes (2023), fundamentado nas análises de Brandão (2017), a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), configura a culminância da ampliação, do aprofundamento e radicalização da terceira rodada *Roll-Back* de neoliberalização brasileira, onde é possível verificar a tomada de decisões alinhada aos interesses do mercado e dos detentores de poder financeiros, e pelas capacidades de comandar diversificadas formas de exploração tanto da força de trabalho quanto dos recursos naturais.

Diante disso, é importante sinalizar também, concordando com Boschetti e Behring (2021), que o capitalismo tende em seu sociometabolismo, a situações cíclicas de desequilíbrios e curtos-circuitos, sendo a crise do capital, sistêmica e estrutural, expressando a

contradição inerente ao capitalismo, que se assenta na produção social e apropriação privada da riqueza, e se sustenta na exploração da força de trabalho e na apropriação do trabalho excedente.

As transformações societárias ocorridas no final da década de 1980 vão trazer rebatimentos na esfera da produção, do trabalho e nas formas de sociabilidade, de modo que “a mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas reconhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho” (Iamamoto, 2009, p. 26)

As consequências diretas do ajuste neoliberal sobre a desigualdade social e a pobreza no cenário brasileiro refletem um agravamento da situação de pobreza da população, maior desemprego, novas situações de exclusão e novas expressões da questão social⁷. Além disso, tem-se os movimentos de contrarreforma estatal, reestruturação produtiva, flexibilização produtiva e comercial e mundialização do capital. No que se refere ao campo das políticas sociais, a descentralização é associada à responsabilização municipal pelas mesmas, em uma lógica de desregulação, focalização, seletividade e privatização das políticas sociais.

Yazbek (2014) destaca a presença de uma profunda relação entre as transformações em andamento na atual fase do regime de acumulação capitalista, especialmente as relacionadas à esfera da produção e ao mundo do trabalho, associadas à nova hegemonia liberal-financeira e as transformações ocorridas nas políticas sociais, caracterizando, deste modo, mudanças aceleradas em diferentes dimensões da vida social, apontando para uma nova sociabilidade e uma nova política.

Ainda de acordo com a autora (2014), as transformações ocorridas no mundo do trabalho trazem consigo a condição de grande instabilidade em relação ao trabalho sob múltiplas dimensões, dentre elas, a ruptura entre trabalho e proteção social, o que vai redefinir as bases dos sistemas de proteção social e as intervenções do Estado frente às políticas sociais, recompondo-as e tornando-as cada vez mais focalizadas e condicionadas sob a lógica do *workfare*⁸ ou da contrapartida por parte dos que recebem algum benefício.

⁷ De acordo com Iamamoto (2001) a questão social se caracteriza como o conjunto das expressões das desigualdades sociais existentes na sociedade capitalista, sendo estas evidenciadas pela contradição capital X trabalho e pelos antagonismos de classe. Desse modo, a questão social “expressa [...] disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico – raciais e formações regionais [...]”.

⁸ Raichelis (2013) sinaliza que “a ideologia do *workfare* propaga-se rapidamente, endurecendo contrapartidas e critérios de elegibilidade, exercendo pressão para que os beneficiários da assistência social pública que estejam “aptos ao trabalho” ingressem no mercado de trabalho a qualquer custo, mesmo que seja para estabilizar os instáveis na precariedade laboral e nos baixos salários”.

Andrade, Côrtes e Almeida (2021) salientam o papel político do Estado neoliberal frente à construção normativa da sociedade em torno do modelo de mercado, onde necessita assumir de forma coercitiva, a gestão da pobreza e da desigualdade, promovendo o enfrentamento dos que questionam suas medidas, apresentando, nesse contexto, o crescimento de seu braço penal e transformando as políticas sociais em políticas disciplinares.

No lugar do modelo de proteção social universal, atendendo a critérios de necessidades sociais e princípios de igualdade de resultados, equidade e justiça distributiva, ganham destaque ideologias, valores e práticas que, sob o discurso de administração de recursos escassos e do predomínio do mérito individual sobre os direitos sociais, vem impondo às políticas públicas limites na concretização dos direitos historicamente conquistados (Pereira; Siqueira, 2010).

No que diz respeito à realidade brasileira, as conquistas celebradas após a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 são impactadas em sua implementação pelas respostas do capital à crise estrutural. Desse modo, podemos vislumbrar que

a onda neoliberal que assolou o país a partir da década de 1990 foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais (Boschetti, 2009, p. 9)

Mediante o exposto, vimos que o projeto neoliberal como resposta à crise estrutural capitalista vai muito além da liberalização econômica, se apresentando como um processo contraditório, que impacta a esfera da produção, da proteção social, do trabalho e da sociabilidade, aprofundando as expressões da questão social e sobretudo, alterando as respostas advindas das políticas sociais às necessidades da classe trabalhadora. Para isto, a partir da crítica ao modelo de bem-estar social, propõe um novo modelo de gestão e reforma do Estado, denominado gerencialismo, que será discutido no item a seguir.

1.3 A (contra) reforma administrativa do Estado: aspectos do neoliberalismo gerencial e seus impactos pós Constituição Federal brasileira de 1988

A partir da década de 1990, o Brasil vem enfrentando um expoente peculiar do projeto da burguesia sobre as políticas sociais e seus mecanismos de gestão: a adoção da racionalidade gerencial das empresas privadas capitalistas na gestão das políticas e serviços de “bem-estar” social, o chamado gerencialismo, que conforme explanado por Filho e Cabral

(2019), se refere ao conjunto de respostas ideológicas, econômicas, políticas, institucionais e culturais criadas pelo capitalismo globalizado e suas elites a partir do ano de 1973, como resposta a sua crise estrutural. Destarte, é válido ressaltar a relação indissociável da gestão gerencialista com as ideologias, teorias e concepções do neoliberalismo na busca pela restauração do poder de classe capitalista frente à sua segunda grande crise estrutural no século XX.

No Brasil, a despeito das conquistas advindas a partir da Constituição Federal de 1988, após a ruptura com a ditadura militar, que permitiu a criação de novos espaços e mecanismos institucionais de promoção e garantia de direitos sociais e políticos de cidadania, o que se constata é um tensionamento no movimento democrático no início dos anos 1990, através da difusão e hegemonia da ideologia neoliberal. O principal documento que demonstra à época, o compromisso do governo brasileiro com a implantação da agenda neoliberal, foi o *Plano Diretor da Reforma do Estado* (PDRE), no ano de 1995, que propunha a privatização de empresas públicas e serviços de “bem-estar social” e a introdução de práticas de gestão do setor privado em todas as instituições e todos os serviços no âmbito público, conforme assinalado por Filho e Cabral (2019).

Os autores ressaltam também a tentativa de desvinculação da denominada gestão pós-burocrática, como novo modelo de gestão das políticas públicas e sociais, à teoria que sustenta o neoliberalismo. Tal paradigma, reiterando a ideologia neoliberal, invalida as propostas de gestão democrático-participativa e democracia direta que estão postas na CF de 1988 e nas leis orgânicas da Seguridade Social, numa clara tentativa de blindar o Estado no que diz respeito às demandas coletivas e dirimir a participação dos sujeitos coletivos, comprometidos com as demandas da classe trabalhadora nos canais democráticos de gestão e participação.

Como determinações sócio-históricas que subsidiaram a constituição do gerencialismo, Filho e Cabral (2019) mencionam a atual crise do sistema capitalista, em suas diferentes formas que se evidenciam nos conceitos de neoliberalismo, globalização, estado mínimo, contrarreforma e livre mercado, que vão impactar de forma profunda a formulação e materialização das políticas sociais (Anderson, 2002 *apud* Filho e Cabral, 2019).

Quando se compara a implantação do neoliberalismo entre os países do capitalismo central e países da periferia do capital, sobretudo países da América Latina, Filho e Cabral (2019) destacam que os últimos adotaram os princípios neoliberais tanto na economia quanto na condução das políticas sociais de forma muito mais radicalizada que os países centrais,

levando a restrição da intervenção estatal e a transferência das responsabilidades ao mercado no âmbito econômico e nos serviços de “bem-estar social”.

Desse modo, para os autores, o agravamento das expressões da questão social levou os países latino-americanos a desenvolver estratégias para alívio da pobreza, com apoio de organismos multilaterais interessados na execução do ajuste estrutural na região. Com efeito, a ofensiva neoliberal gerou nos países latino-americanos, dentre eles o Brasil, a implementação de reformas regressivas que redefiniram os diferentes sistemas de seguridade social, com predominância da lógica estrita dos seguros sociais, em detrimento da seguridade social, aprofundando, dessa maneira, as iniquidades sociais no subcontinente (Anderson, 2002; Boschetti, 2010; *apud* Filho e Cabral, 2019).

A conjuntura na década de 1980 revelava um acentuado processo de recessão e ajuste estrutural que fomentou críticas ao Estado de Bem-estar social, o que motivou a elaboração de um novo modelo de gestão e reforma do Estado, chamado *New Public Management*, que no Brasil foi denominado como “administração pública gerencial” e modelo pós-burocrático, que adotou como orientação geral padrões administrativos provenientes do mercado.

Filho e Gurgel (2016) evidenciam que a proposta gerencialista para a gestão do Estado e das organizações da sociedade civil, no contexto da contrarreforma do Estado e reestruturação do capital teve como objetivo central a redução dos gastos destinados às classes subalternas de modo que mais recursos advindos da riqueza social produzida sejam capturados pelo modo de acumulação capitalista.

Desse modo, os autores (2016) enfatizam que o gerencialismo, como proposta hegemônica da contrarreforma administrativa, se vincula diretamente ao projeto neoliberal, cuja base teórica ganha fundamento com a proposição de redução da intervenção do Estado em determinadas esferas da sociedade, por intermédio da privatização de empresas públicas, desregulamentação econômica, redução de gastos sociais via focalização, seletividade, descentralização e privatização e consequentemente redução do funcionalismo público.

Valle (2018), ao discorrer sobre a racionalidade gerencial no âmbito da gestão pública, evidencia a incorporação de novas tecnologias, políticas de qualidade total e de variação da remuneração vinculada ao alcance de metas de produtividade. Estas alterações se fundamentam no discurso que se relaciona a adoção de novos valores no mundo do trabalho, associadas ao discurso de crise fiscal e déficit inflacionário que, em tese, demandariam uma administração pública moderna e eficiente, condizente com a competitividade capitalista, o que justificaria a flexibilização do estatuto dos servidores públicos de modo a aproximar os mercados de trabalho público e privado.

A autora (2018), se baseando em Pereira (2010), destaca uma política de ajustamento que determinou condicionantes institucionais para órgãos públicos de diversos setores e níveis de governo, delineando um novo exoesqueleto estatal a que a gestão pública passa a ser submetida de acordo com os pressupostos do ajuste macropolítico. Ressalta também que a compreensão do movimento macrossocietário que interfere na organização dos estados da periferia do capital, deve passar pela compreensão do papel dos organismos multilaterais na elaboração de documentos como o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, de 1991, que apresenta as bases da reforma neoliberal-gerencial que abrange algumas ações prioritárias para o grande capital no âmbito das instituições públicas, tais como: a “racionalização” da burocracia estatal (por intermédio da redução de pessoal, da modernização técnica e da estruturação de novas formas de controle da força de trabalho); o ajuste fiscal; a redefinição do gasto público; a estruturação de um arcabouço legal favorável à circulação financeira e a “reforma” do judiciário com vistas a reduzir custos judiciais e facilitar a lógica de mercado.

Recorrendo a Montañó (2002), no debate da dimensão política da relação entre o neoliberalismo e a reforma administrativa do Estado, Filho e Gurgel (2016) inferem que o projeto neoliberal como estratégia hegemônica se divide em três dimensões vinculadas entre si: a ofensiva contra o trabalho, a reestruturação produtiva e a (contra) reforma do Estado. Destacam que a contrarreforma do Estado se articula ao projeto de desregulamentação e liberação da acumulação do capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social democrático, transmutando à lógica da concorrência do mercado. Tal fato revela a conexão existente entre a dimensão econômica (interesses de classe/ ofensiva contra o trabalho e reestruturação produtiva) e a dimensão política e técnica da reforma administrativa do Estado.

Filho e Cabral (2019) ressaltam que o neoliberalismo não assumiu sua forma magna em todos os países que o adotaram, sendo conduzido de modo mais ortodoxo para as políticas econômicas e sociais justamente nas regiões periféricas do capitalismo, como na América Latina, onde o *Welfare State* tal como os padrões keynesiano-fordistas não se consolidou e onde a colonização se deu com relações sociais antirrepublicanas, antidemocráticas, centralizadoras e autoritárias.

Sobre isso, Boschetti (2009) demonstra que os limites estruturais impostos na ordem capitalista se agravam, sobretudo em países da periferia do capitalismo global, como o Brasil, que apresenta condições socioeconômicas específicas, como frágil assalariamento, baixos valores salariais e desigualdades sociais agudas, além de alto índice de informalidade no trabalho. Além disso, há também o investimento nos programas de transferência de renda, que

não possuem caráter de direito e, ademais, seus valores, condicionalidades e formas de gestão se aproximam do rol das políticas compensatórias.

Vivenciamos no Brasil um período, como visto, de expansão das políticas sociais e da garantia de direitos, ainda que com muitas ressalvas, como por exemplo, a questão dos programas de transferência de renda, seguindo as orientações dos organismos internacionais, durante os governos Lula e Dilma. Porém, após o golpe parlamentar ocorrido no ano de 2016, conforme apontado por Boschetti e Behring (2021), o país caminhou rumo à intensificação do neoliberalismo com aumento das contrarreformas e privatizações, sobretudo após o pleito eleitoral de 2018, que levou ao cargo máximo do poder executivo um candidato de extrema direita, ultraneoliberal e que flerta com ideais neofascistas.

Sobre o contexto político, econômico e social que possibilitou que a extrema direita ocupasse a Presidência da República, representando os ímpetus de parte da população, Pereira (2020) sinaliza que

o século XXI é o do aumento e da multiplicação das desigualdades e das afrontas aos direitos humanos. Afrontas que se expressam em preconceitos de classe; ódios raciais, religiosos, ideológicos; intolerâncias a opções sexuais; recrudescimento de nacionalismos, machismos, separatismos, xenofobias, moralismos, e criminalização da pobreza. (Alves, 2005 *apud* Pereira, 2020, p. 46).

Para Boschetti e Behring (2021) vivenciamos neste período, um ultraneoliberalismo neofascista (Fiúza, 2020 *apud* Boschetti; Behring, 2021) que aprofunda o neoliberalismo sem romper com seus preceitos fundamentais, passando por transformações a partir de novos arranjos, se apropriando de pautas progressistas de acordo com a conveniência do momento histórico, culminando em sua face ultraneoliberal no presente, sem romper com seus principais objetivos e fundamentos.

A este contexto perverso soma-se, em 2020, a pandemia⁹ da COVID-19¹⁰ onde, no contexto brasileiro, diante da emergência sanitária e da crise estrutural, o governo federal opta por adiar sua responsabilidade pública e seu dever de assegurar os recursos públicos e tomar as devidas medidas econômicas, sociais e sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia, favorecendo também a multiplicação e a agudização das desigualdades estruturais.

⁹ Pereira; Pereira (2021) depreendem que não se trata de um fato inusitado e que a mesma se trata de um produto acumulado da exploração edaz dos recursos naturais e do trabalho humano pela sociedade industrial que se soma a crise estrutural do capital (p. 43)

¹⁰ COVID-19 é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. A doença é potencialmente grave, altamente transmissível e espalhou-se por todo mundo. (Biblioteca Virtual em Saúde, 2021)

Pereira e Pereira (2021) utilizam o conceito de sindemia, do médico americano Merrill Singer para designar a interação entre duas ou mais doenças graves que são potencializadas por contextos socioeconômicos e ambientais precários que geram danos mais graves do que a soma das características de cada doença em particular. Neste caso, a interação da infecção pelo vírus da COVID-19 com doenças pré-existentes como diabetes, câncer, obesidade, problemas cardíacos, hipertensão aliadas a pobreza e a falta de acesso a condições básicas de higiene, saúde e segurança alimentar, fez com que grupos específicos como negros, povos originários e membros de comunidades periféricas fossem mais vulneráveis aos impactos da pandemia sindêmica.

A emergência sanitária revelou ao país e ao mundo o grave desmonte da Seguridade Social e dos direitos trabalhistas, em decorrência dos sucessivos ajustes fiscais a que o país vem sendo submetido, o que tornou vulnerável diante do rápido contágio pelo vírus (Boschetti; Behring, 2021).

Faz-se necessário assinalar também que o combate ao vírus passa obrigatoriamente por “ações estatais e políticas públicas que minorem as disparidades sociais e econômicas e previnam as doenças não transmissíveis” (Pereira, Pereira, 2021, p. 44). Porém, o que vemos no Brasil, ainda de acordo com as autoras, é o desmonte das políticas sociais pautadas pelo atendimento das necessidades humanas que são substituídas por intervenções governamentais desumanas que visam exclusivamente à valorização do capital.

Esse contexto de veias abertas exposto pela pandemia, revelando a grave condição de desigualdade socioestrutural que se aprofundou ainda mais na junção do ultraneoliberalismo na realidade brasileira, trouxe tendências para a Política de Assistência Social, e o que vem se demonstrando é um acelerado e ampliado processo de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto em detrimento do direito à Assistência Social (Boschetti; Behring, 2021). Para as autoras, a substituição de empregos estáveis e com direitos por programas de transferência de renda clientelistas, são reveladores da mais brutal forma de subsunção do trabalho ao capital, pois, além de manter os trabalhadores sem trabalho a baixo custo, nos limites da sobrevivência, também age para rebaixar ainda mais o valor dos salários e transfere para o Estado a quase totalidade dos custos de reprodução da força de trabalho, desonerando o capital e criando um ciclo de desigualdades ainda mais duradouro, interditando o acesso de homens e mulheres ao trabalho com direitos. Assim, as autoras indagam a quem essa concepção assistencialista e em sentido contrário aos pressupostos da C.F. de 1988 quer proteger, se o capital ou a classe trabalhadora.

E a resposta é óbvia, pois, conforme sinalizado por Pereira e Pereira (2021), ao implementar políticas fiscais regressivas, que oneram os rendimentos do trabalho em favor das rendas desoneradas do capital, o Estado fomenta o aprofundamento da desigualdade e como resultado desse processo temos os salários rebaixados que causam o endividamento das classes populares, a crise financeira do sistema, o desemprego massivo e a completa deterioração da qualidade de vida da maior parte da população.

Após quatro anos de governo ultraneoliberal, os efeitos deletérios para a classe trabalhadora e para as políticas sociais, particularmente a Política de Assistência Social que é o nosso foco de análise, serão sentidos ainda por um longo período. Desse modo, podemos depreender que a esta ideologia neoliberal gerencialista, de acordo com Pereira e Pereira (2021), é um instrumento perfeito para a ampliação da hegemonia do capital ao encobrir as relações entre as classes e transformar tudo em mercadoria, acentuando cada vez mais o hiato entre ricos e pobres por intermédio de uma brutal concentração de renda.

Foi possível vislumbrar que as transformações societárias ocorridas a partir do final da década de 1980 vão trazer rebatimentos na esfera da produção, do trabalho e nas formas de sociabilidade. Essas transformações vão repercutir no trabalho do Assistente Social a partir de duas frentes: de um lado possibilita a abertura de novos espaços ocupacionais, como as áreas de assessoria, planejamento, formulação e gestão das políticas sociais e, de outro, enquanto trabalhador assalariado, demarca a intensificação e precarização das condições e relações de trabalho, sob a forma de subcontratações, terceirizações, baixos salários, desvalorização profissional, dentre outras questões, que serão abordadas no capítulo seguinte.

2 O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL E SUAS PARTICULARIDADES NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente capítulo propõe a reflexão sobre o trabalho das/os assistentes sociais na gestão da Política de Assistência Social, considerando as novas requisições à profissão diante de um cenário de transformações societárias. Para isto, situa as determinações sociais as quais a profissão, no seio da sociedade capitalista, está sujeita, dividindo-se em dois subitens: o primeiro “Reflexões sobre o trabalho do assistente social: entre antigos dilemas e novos desafios” e o segundo “O trabalho do/a Assistente Social como gestor na Política de Assistência Social”.

2.1 Reflexões sobre o trabalho do/a assistente social: entre antigos dilemas e novos desafios

Pensar a categoria trabalho no Serviço Social requer reconhecer o “caráter contraditório do exercício profissional, indissociável das relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado que fundam a sociedade brasileira” (Iamamoto, 2008, p. 253).

A mesma autora (2008) ressalta ainda que a análise do trabalho profissional supõe ponderar as tensões existentes entre o projeto profissional e a alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto pertencentes a uma determinada classe.

Nesses termos, corroborando com o que apontam Brisola e Silva (2014), pensar o trabalho profissional implica considerar a inserção da profissão de Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, além de situá-la no contexto da recomposição do ciclo de reprodução do capital, que compreende “um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho”, além de também “provocar impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde se inclui a experiência profissional dos assistentes sociais” (Mota e Amaral, 1998, p. 24 *apud* Brisola e Silva, 2014, p. 75), buscando também compreender até que ponto o Estado responde e colabora nesse processo com “mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho” (p. 13).

Para Iamamoto (2008) pensar o significado social da profissão na sociedade capitalista rompe com o padrão endógeno predominante nas análises da profissão. Reflete sobre a sua necessidade social, seus efeitos na sociedade e as mediações por intermédio das quais se realiza, ou seja, procura identificar as particularidades dessa especialização do trabalho, considerando-a em suas dimensões de trabalho concreto e trabalho abstrato.

Ressalta-se que a compreensão do Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo, situado na divisão social e técnica do trabalho coletivo, denota ser a profissão um elemento que participa da reprodução das relações sociais (relações entre classes) e da relação contraditória entre elas, tendo a questão social¹¹ como base fundante para a ação do Serviço Social enquanto produto da manifestação no cotidiano da vida social e da contradição existente entre as classes sociais (Costa, 2013)

A questão social e suas múltiplas expressões se constituem no objeto de trabalho do Serviço Social, demandando a atuação dos assistentes sociais em virtude de sua capacidade de dar respostas que atendam às necessidades da população usuária das políticas sociais, buscando sempre implementar os direitos sociais, conforme apontam Torres e Almeida (2014).

Semzezem e Silva (2015) ressaltam que apreender a relação entre questão social, políticas sociais e a profissão de Serviço Social requer considerar que uma das formas de enfrentamento às expressões da questão social ocorre através da execução das políticas sociais e públicas e que o assistente social é também um profissional responsável pela sua operacionalização.

Outrossim, Iamamoto (2008) afirma que

¹¹ Iamamoto e Carvalho (2013) classificam a questão social como “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.”

como as classes sociais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz, também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como as do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo, pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade de respostas a necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e de reprodução dos antagonismos desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas se pode excluí-los do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso inclusive que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 75).

Esta compreensão também é defendida por Yazbek (2006) quando ressalta que o surgimento do Serviço Social, enquanto profissão na sociedade brasileira, sua condição de trabalhador assalariado, a conquista de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho e também a estruturação de seu mercado de trabalho particular é resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que conformam a sua necessidade social e definem os seus usuários. No momento em que o Estado passa a regular as tensões existentes entre as classes sociais com medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista, os/as assistentes sociais são chamados a dar respostas às expressões da questão social, com ações tomadas pelo viés de controle social das classes subalternizadas, mantendo a reprodução de poder sobre os pobres, numa tentativa de ajustamento dos indivíduos à sociedade, com vistas a atenuar os conflitos existentes nas relações sociais resultantes do conflito capital X trabalho.

Iamamoto (2008) demonstra as transformações históricas importantes que alteraram a face do capitalismo e da sociedade brasileira. Tal contexto remonta a uma onda longa de crise que se estabeleceu [e que perdura até os dias atuais] e possibilitou ao capitalismo avançar no processo de internacionalizar a produção e os mercados, recorrendo a ajustes estruturais por parte do capital, sob as orientações dos organismos multilaterais, a serviço do capital financeiro.

A autora (2008) assinala ainda que as mudanças ocorridas no padrão de acumulação e regulação social nos marcos da globalização da produção dos mercados e dos bens culturais vêm provocando alterações significativas na produção de bens e serviços, no perfil dos trabalhadores, nas formas de organização e gestão do trabalho dentro das instituições e empresas. A autora destaca que tal cenário é agravado pela contrarreforma do estado que atinge toda a federação e sua relação com a sociedade, com desdobramentos como a privatização, a redução da responsabilidade pública no trato das necessidades sociais da população em favor de sua mercantilização, no desmonte e regressão dos direitos sociais, rompendo com padrões universais e decorrendo em uma radicalização da questão social.

Nessa conjuntura, Yazbek (2014) ressalta a presença de uma profunda relação entre as transformações em andamento na atual fase do regime de acumulação capitalista, especialmente as relacionadas à esfera da produção e ao mundo do trabalho, associadas à nova hegemonia liberal-financeira e as transformações ocorridas nas políticas sociais, caracterizando, deste modo, mudanças aceleradas em diferentes dimensões da vida social, apontando para uma nova sociabilidade e uma nova política, com rebatimentos que vão impactar de modo significativo a inserção dos/as assistentes sociais nos espaços ocupacionais.

Brisola e Silva (2014) referem que os processos de externalização, precarização e flexibilização como estratégias do capital mundializado, afetam o conjunto de trabalhadores de diferentes países, ressaltando as particularidades de cada um, considerando suas especificidades históricas. Recorrendo a Meszáros (2007), as autoras assinalam que os obstáculos que confrontam o trabalho na cena contemporânea podem ser resumidos nas palavras “flexibilidade” e “desregulamentação”, equivalentes à implacável precarização da força de trabalho, carregando agressivas inspirações, anti-trabalho e políticas neoliberais.

Nesses termos, as autoras (2014) demonstram que, na América Latina, esses processos tomam contornos perversos levando em conta as condições precárias de grande parte dos trabalhadores, que se encontram em situação de desproteção, seja pela inserção informal no mercado de trabalho, seja pelas mudanças ocorridas nas relações de trabalho no atual estágio do capital. Analisando o contexto brasileiro, as autoras recorrem a Thébaud-Mony e Druck (2007), sinalizando que tais processos são favorecidos por questões como ausência de regulação do Estado e a liberalização da ação dos empresários com ou sem respaldo legal que não só flexibilizaram o uso da força de trabalho, como também favoreceram a fraude e a fuga ao cumprimento das normativas e obrigações trabalhistas.

Sendo assim, é possível vislumbrar que a tríade descentralização, focalização e seletividade, somadas a privatização das políticas sociais, além da desregulação e contrarreforma estatal, da reestruturação produtiva, flexibilização produtiva e comercial e mundialização do capital são elementos que compõem a cartilha de respostas à crise cíclica do capital que se estende desde os anos 1970 do século XX, conforme abordado no capítulo anterior.

As consequências diretas do ajuste neoliberal sobre a desigualdade social e a pobreza no cenário brasileiro, refletem um agravamento da situação de pobreza da população, maior desemprego, novas situações de exclusão e novas expressões da questão social, impactando o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Nesse contexto, Iamamoto (2008) destaca as significativas alterações sofridas pelos espaços ocupacionais e nas fronteiras profissionais, enquanto resultantes históricos e, portanto, móveis e transitórios. Sendo estes indissociáveis dos processos de reestruturação produtiva e gerencial das empresas e do aparelho estatal, da intensificação e desregulamentação do trabalho, do ataque à organização dos trabalhadores.

Alves (2009), em seus estudos sobre a precarização do trabalho, demonstra que a

experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato, etc.) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é o elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho (Alves, 2009, p. 189-190).

Na seara das transformações ocorridas nos espaços ocupacionais dos/as assistentes sociais, Torres, Sgorlon e Couto (2023) trazem a discussão contemporânea da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no período pandêmico, referindo a atuação dos/as assistentes sociais nas políticas sociais que, como trabalhadoras/es assalariados, demanda um constante processo de análise acerca das contradições que constituem a sociedade capitalista, capturando as relações hierarquizadas e desiguais estabelecidas entre as classes sociais e as questões que fundamentam a lógica predatória do capital.

Os autores (2023) enfatizam que o debate sobre trabalho de assistentes sociais no setor dos serviços sociais é condicionado pelas transformações do mundo do trabalho, com a

inserção de “novos padrões organizacionais, pelas inflexões no campo da intervenção estatal no campo da provisão do bem-estar social inflexões estas com estreita relação com estágios de desenvolvimento econômico” (SCHUTZ; MIOTO, 2012, p. 84 apud Torres, Sgorlon e Couto, 2023).

Valentim e Paz (2022) também contemplando a discussão da incorporação das TIC's aos serviços públicos, destacam a o papel central das tecnologias no conjunto das mudanças que marcam a acumulação flexível pós-2008, enfatizando o avanço da robotização e da inteligência artificial, fenômeno que vem alterando de modo significativo as relações e condições de trabalho. As autoras recorrem a Huws (2018) para demonstrar a capacidade do capital de incorporar trabalho informal e fragmentado ao seu processo de acumulação contemporâneo, objetivando aumentar suas taxas de lucro em atividades antes consideradas como trabalho improdutivo. Huws (2018) considera ainda que a crise de 2008 marca uma nova fase de acumulação do capital, fundamentada na mercadorização dos serviços públicos, ou seja, na expropriação da redistribuição da mais-valia nesses serviços. Nesse processo, a autora aponta que a lógica da mercadorização invade a esfera dos serviços públicos revestida na narrativa neoliberal da suposta eficiência e necessidade de um Estado mais enxuto.

As autoras (2022) ressaltam que o uso dessas tecnologias nos serviços públicos remonta a reforma gerencial, a partir de meados de 1990, marco da adoção do neoliberalismo no Brasil. A partir desse processo, observou-se investimentos em tecnologias informacionais, com destaque para as políticas que integram a Seguridade Social, tendo como exemplos na previdência a DATAPREV, no SUS o DATASUS, e posteriormente na Política de Assistência Social, através do Cadastro Único, Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, dentre outros (Santos, 2019 *apud* Valentim e Paz (2022)).

Nesse contexto, as autoras salientam que é observado a partir da década de 1990, que a administração pública vem se adequando a novas ferramentas tecnológicas e processos de trabalho mediados pelas TIC's, entendidos como fundamentais para conferir agilidade e transparência no atendimento da população usuária dos serviços. Destaca-se também que os avanços alcançados pelas TIC's configuram significativas mudanças nos contextos ocupacionais, estando incluídos nesse rol os espaços de atuação profissional do Serviço Social, demandando novos ritmos e maior racionalização do tempo, além de induzir um maior controle sobre a ação dos trabalhadores e novas modalidades de mensuração do trabalho, bem como estimulando o aumento da produtividade mediante a adoção de metas institucionais.

Yazbek (2014) infere que as transformações ocorridas no mundo do trabalho trazem consigo a condição de grande instabilidade em relação ao trabalho sob múltiplas dimensões,

dentre elas a ruptura entre trabalho e proteção social, o que vai redefinir as bases dos sistemas de proteção social e as intervenções do Estado frente às políticas sociais, recompondo-as e tornando-as cada vez mais focalizadas e condicionadas sob a lógica do *workfare*¹² ou da contrapartida por parte dos que recebem algum benefício, impactando significativamente o trabalho do/a assistente social tanto na ponta dos serviços quanto nos cargos de gestão.

Torres e Lanza (2013) ressaltam, dentre as múltiplas dimensões¹³ que compõem o exercício profissional do/a assistente social, a dimensão política como meio de reconhecimento de que a realidade social é constitutiva do exercício profissional do/a assistente social, entendida a partir dos determinantes que lhes dão organicidade e que incidem sobre a vida em sociedade. Considerando, desse modo, o contexto de crise capitalista, conforme apontado anteriormente, destacam que as mudanças no mundo do trabalho e na relação entre Estado e sociedade civil, nos marcos da sociedade democrática, incidem diretamente na atuação profissional, tanto no que diz respeito ao formato das políticas sociais nas quais os profissionais estão inseridos, redefinindo os processos de trabalho.

Nesse contexto, segundo Raichelis (2013 *apud* Yazbek, 2014, p. 679), o/a Assistente Social, como trabalhador/a assalariado/a, também sofre os rebatimentos dessas mudanças e se vê submetido/a a diversos constrangimentos frente aos processos de intensificação e precarização do trabalho assalariado nos diversos espaços onde é chamado a desenvolver o seu trabalho, o que demonstra que a dinâmica societária atual atinge a totalidade dos processos produtivos e dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços ocupacionais de diversas profissões e também do Serviço Social, que tem na prestação de serviços sociais, um campo privilegiado de intervenção e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço ocupacional.

Sobre isto, Mota e Amaral (2016) demonstram que

as mudanças na ordem social capitalista produziram novas demandas profissionais, ampliaram espaços sócio-ocupacionais, modificaram as condições de trabalho, exigiram a incorporação de sólidos fundamentos para adensar a formação profissional e desafiaram as práticas organizativas dos sujeitos profissionais. (p. 31)

¹² Raichelis (2013 citada por Yazbek, 2014, p. 684) sinaliza que “a ideologia do *workfare* propaga-se rapidamente, endurecendo contrapartidas e critérios de elegibilidade, exercendo pressão para que os beneficiários da assistência social pública que estejam “aptos ao trabalho” ingressem no mercado de trabalho a qualquer custo, mesmo que seja para estabilizar os instáveis na precariedade laboral e nos baixos salários”.

¹³ As autoras (2013) referem que as análises sobre o trabalho profissional partem da identificação e da existência de múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social, sendo elas: a dimensão interventiva, a dimensão investigativa, a dimensão analítica, a dimensão ideopolítica e a dimensão ética.

As autoras sinalizam ainda que o Serviço Social não fica imune às tendências mais gerais da ofensiva das classes dominantes e de seus intelectuais que tentam socializar seus interesses particulares de modo a torna-los universais, generalizando-os para toda a sociedade. Tal fato evidencia que a profissão tem sido provocada permanentemente a redefinir suas estratégias e táticas para enfrentar as problemáticas que vem surgindo, seja no plano do exercício profissional, na formação profissional, no âmbito da regulação da profissão, da produção de conhecimentos ou mesmo no plano macrossocial onde estão situadas as articulações com as lutas sociais.

As experiências neoliberais, sejam no plano econômico, social, ideopolítico que afetam direta ou indiretamente o exercício profissional do Serviço Social, quando questionadas, não objetivam sua superação ou ruptura, mas são tratadas como exigências de ajustes e reformas que reforçam a manutenção da hegemonia dominante.

Desse modo, podemos inferir que as transformações societárias ocorridas nos anos finais da década de 1980 vão trazer rebatimentos na esfera da produção, do trabalho e nas formas de sociabilidade, que vão repercutir no trabalho do/a Assistente Social de duas formas: de um lado possibilitando novos espaços ocupacionais, como as áreas de assessoria, planejamento, formulação e gestão das políticas sociais e, de outro, a intensificação e precarização das condições e relações de trabalho, sob a forma de subcontratações, terceirizações, baixos salários, desvalorização profissional, dentre outras questões.

Corroborando com Alencar e Granemann (2009) cumpre observar que enquanto trabalho assalariado, a profissão de Serviço Social não fica imune, como vimos, à dinâmica dos processos sociais contemporâneos que determinam a sua configuração técnica-profissional, o que traz claros rebatimentos em suas competências e atribuições, como também em suas condições de trabalho.

Silva (2012) ao tratar especificamente do trabalho do assistente social no SUAS, demonstra que a centralidade ocupada pela política de assistência social em detrimento de uma visão intersetorial das políticas públicas, acaba por impactar o trabalho profissional, ao tensionar a dimensão das competências e atribuições privativas do Serviço Social, uma vez que o projeto ético-político da profissão se vincula às demandas coletivas da classe trabalhadora, demandando uma atuação crítica e comprometida com os valores emancipatórios e com a viabilização dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que a rotina institucional, impulsionada por uma gestão gerencialista, exige dos profissionais um perfil mais técnico, cuja tendência é de fortalecimento das bases conservadoras da profissão e de uma postura de controle das parcelas da classe trabalhadora usuárias desta política.

Se faz necessário também considerar que o setor público, maior empregador da categoria profissional de Serviço Social, também sofre as injunções da ideologia neoliberal, conforme apontado por Brisola e Silva (2014), sobretudo adotando, paulatinamente, a contratação via terceirização em detrimento da realização de concursos públicos para o quadro permanente, lançando mão também, da transferência de suas responsabilidades para organizações não-governamentais ou ainda cooperativas profissionais.

Alencar e Granemann (2009), trazendo apontamentos sobre as mudanças na orientação e da natureza da política social no Brasil, ressaltam que estas vem repercutindo de modo significativo no espaço ocupacional do/a assistente social, ao passo que determinam, em última instância, as condições em que o trabalho profissional se realiza no que diz respeito a requisições, normatização, delimitação de funções e atribuições e normas contratuais (valor salarial, jornada de trabalho).

Neste cenário, as autoras (2009), considerando o contexto brasileiro, sob o discurso da crise econômica e da escassez de recursos públicos, ressaltam que há uma tendência de estruturação de ações que violam a condição de direito das políticas sociais de caráter universal. A lógica que passa a orientar as políticas sociais de modo geral, e particularmente a Política de Assistência Social, fundamenta-se com fortes traços e tendências a precarização, focalização e descentralização como rebatimentos para as forças de trabalho que as executam, e nesse contexto, atividades filantrópicas e voluntárias, somadas aos novos “entes” do estado brasileiro configuram-se como importantes parceiros que supostamente ajudam a compor a gestão da pobreza.

As autoras (2009) descrevem que toda essa dinâmica configura uma nova realidade profissional, levando em conta que a tendência a privatização e a pauperização da política social em decorrência das exigências da contrarreforma do Estado brasileiro, é objetivada no âmbito institucional-organizacional responsável pela sua operacionalização e execução. Diante disso, os impactos para o trabalho profissional são fortemente condicionados pelos parâmetros institucionais. Desse modo, sob as racionalidades técnico-políticas e administrativas referente a contrarreforma do Estado, teceram-se as condições para o exercício profissional de viés precarizado e alienado, resultando a partir de mediações específicas, em condições limitadas para a autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política do exercício profissional.

É importante ressaltar a condição assalariada do/a assistente social, uma vez que a profissão de Serviço Social é regulamentada como uma profissão liberal que dispõe de relativa autonomia na condução de seu exercício profissional, obedecendo aos estatutos legais

e éticos que a regulamentam socialmente. No entanto, essa autonomia é tensionada pela relação de compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores, conforme nos aponta Iamamoto (2008). A autora ressalta que o significado social da profissão de Serviço Social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade.

Iamamoto (2008) ressalta também que os empregadores é que determinarão as necessidades sociais que o trabalho do/a assistente social deve responder, ao passo que delimitam a matéria sobre a qual incide este trabalho, interferem nas condições em que ocorrem os atendimentos assim como seus efeitos na reprodução das relações sociais. Assim,

essas relações interferem decisivamente no exercício profissional, que supõe a mediação do mercado de trabalho por tratar-se de uma atividade assalariada de caráter profissional. (...). Assim, a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo. (Iamamoto, 2008, p. 215)

Desse modo, de acordo com Iamamoto (2008), o/a assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho, condição para que exerça sua profissão como trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho como uma mercadoria que tem valor de uso, pois que responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário.

Para a autora (2008) a condição assalariada do/a assistente social – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados como empresas ou organizações não-governamentais – envolve a aceitação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consolidados no contrato de trabalho, que vão estabelecer as condições em que esse trabalho será realizado, como a intensidade, jornada de trabalho, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem alcançadas.

É no terreno das tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional, nesses termos, ainda que o/a profissional disponha de relativa autonomia na condução de seu trabalho, os empregadores dispõem de um conjunto de condições que determinam as ações e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos conforme apontado pela mesma autora (2008).

Particularizando a Política de Assistência Social como categoria analítica, Brisola e Silva (2014) apontam que há uma intensificação dos processos que afetam não somente a política social, mas também o mundo do trabalho, onde é possível vislumbrar a precarização

das condições de trabalho dos profissionais da área, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão dos postos de trabalho para os/as assistentes sociais.

Dados do Censo SUAS de 2022 referentes aos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) apontam para a precarização das condições de contratação dos profissionais da Política de Assistência Social. Os dados referentes ao estado do Rio de Janeiro, demonstram que a unidade da federação conta com 1381 profissionais assistentes sociais, o que equivale a 5,1%. Com relação ao tipo de vínculo, os dados revelam que o estado tem 1507 profissionais servidores estatutários; 132 com vínculo CLT; 911 como cargo comissionado e 3374 profissionais com outros vínculos não permanentes, como os RPA's (Recibo de Pagamento Autônomo), por exemplo.

Os dados apontam a precarização dos direitos dos/as profissionais, além da tendência da terceirização e subcontratação na Política de Assistência Social, o que pode levar a descaracterização da Assistência Social como política pública estatal, ocasionando inclusive um retrocesso em relação a efetivação dos direitos socioassistenciais, corroborando com Brisola e Silva (2014), que trazem dados referentes ao ano de 2012. O que nos demonstra que não houve alteração desse cenário na Política de Assistência Social, passados 10 anos.

As autoras (2014) demonstram que o trabalho do/a assistente social no SUAS enfrenta desafios tanto referentes as dificuldades inerentes ao processo de implementação do SUAS, levando em conta o histórico da Assistência Social no Brasil, bem como pela tensão entre a defesa de direitos e a contrarreforma do Estado. Sendo assim, a análise do trabalho do/a assistente social no SUAS requer identificar as contradições do fazer profissional como trabalhador (servidor assalariado e/ou assalariado com ou sem carteira assinada) que exerce a profissão na política social e que não dispõe de recursos para sua ação e que incorrem em obedecer aos parâmetros legais institucionais e trabalhistas que regulamentam as relações de trabalho, como visto.

Recorrendo a Silva (2012), as autoras (2014) identificam que a Política de Assistência Social impacta diretamente o cotidiano profissional, tensionando as dimensões das competências e atribuições privativas que demandam um profissional crítico, vinculado às demandas coletivas dos usuários, ao acesso aos direitos e as demandas institucionais requisitadas aos profissionais, que demandam um profissional de perfil tecnicista, com tendência ao fortalecimento das bases conservadoras do Serviço Social, numa alusão ao controle social de parcelas da classe trabalhadora que recorrem à Política de Assistência Social.

Todo esse contexto vai impactar significativamente não só o profissional que atua no âmbito da execução da Política de Assistência Social, mas também os que atuam no âmbito da gestão da política social, tema que discutiremos no item subsequente.

2.2 O trabalho do/a assistente social como gestor/a na política da assistência social

Neste item, buscamos particularizar o trabalho do/a assistente social na gestão da Política de Assistência Social, apresentando uma análise da inserção do/a profissional neste campo a partir das determinações macro societárias que possibilitam novas requisições à categoria profissional, ao mesmo tempo em que ocorre a intensificação da exploração e precarização do trabalho no atual estágio do modo de produção capitalista. É oportuno ressaltar que as mudanças estruturais que ocorreram no mundo do trabalho afetam de modo particular os/as profissionais que desenvolvem o seu trabalho no âmbito da Política de Assistência Social (Brisola e Silva, 2014). Segundo os autores, a flexibilização neoliberal das relações de consumo dos bens materiais e imateriais desafiam duplamente os/as profissionais inseridos/as nesta seara, visto que, de um lado, há a ampliação e reconfiguração do conjunto de expectativas dos sujeitos atendidos pelas políticas de proteção social e, de outro, há a deterioração das relações e condições de trabalho dos/as trabalhadores/as inseridos/as na operacionalização dessas políticas.

Após a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 e as consequentes mudanças introduzidas no âmbito gerencial, como a descentralização político-administrativa, ocorre nas políticas sociais, dentre elas a Política de Assistência Social, uma nova configuração, como apresentado no capítulo anterior. Souza (2009), remete ao processo de municipalização das políticas sociais, onde a execução de programas e serviços na área da Assistência Social ficam sob a responsabilidade das prefeituras municipais, mais especificamente das secretarias de ação social, desenvolvimento social, Assistência Social ou termos correlatos. A autora destaca ainda que, algumas destas secretarias apresentam vasto histórico de atuação no campo social, destacando-se, o/a assistente social como ator privilegiado.

Sob a égide do trinômio precarização, focalização e descentralização vai se delineando os novos contornos e tendências para as políticas sociais em tempos de racionalidade neoliberal. O processo de precarização das condições de trabalho gera dificuldades tanto para os/as profissionais situados/as na esfera do trabalho socioassistencial, como para os usuários da Política de Assistência Social, tendo em vista o processo de “mercadorização” dos serviços socioassistenciais tem se expressado por intermédio da desresponsabilização estatal e da cultura gerencial, característica da chamada flexibilização produtiva, que visa a racionalização e a intensificação dos ritmos e processos de trabalho, transferindo a execução dos serviços para organizações sociais filantrópicas, frequentemente vinculadas a instituições religiosas (Antunes, 2007 *apud* Brisola e Silva, 2014).

Neste ínterim, o setor público é diretamente afetado pela ideologia neoliberal, adotando paulatinamente a terceirização como modelo de contratação dos/as trabalhadores/as em detrimento da realização de concurso público, além da transferência da oferta de serviços para organizações não governamentais e/ou cooperativas profissionais, o chamado terceiro setor (Brisola e Silva, 2014).

Diante disso, as políticas governamentais contemporâneas se apresentam como favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto forças que capturam o Estado, redimensionando a questão social, radicalizando cada vez mais as suas expressões, acirrando as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora de modo geral (Iamamoto, 2009 *apud* Brisola e Silva, 2014).

Neste contexto, Santos, Filho e Backx (2013), mencionam as implicações para os/as profissionais que atuam na Política de Assistência Social configuradas em novos desafios e requisições profissionais. Ao particularizar o trabalho da/o assistente social, os autores sinalizam que essas mudanças ocasionaram alterações nas organizações, nos serviços, criando novas requisições ao trabalho profissional, tanto do ponto de vista do surgimento de novas demandas, quanto pela intensificação e precarização das condições de trabalho profissional, acompanhando o cenário complexo do atual estágio do capitalismo.

Dentre as novas requisições direcionadas aos/as assistentes sociais, diante das mudanças trazidas no Pós CF de 1988, Santos, Filho e Backx (2013) ressaltam o que foi denominado de “função gerencial” ou “gestão”. Atualmente, esta tem se colocado como um campo forte de atuação profissional, nos mais diversos níveis como: planejamento, controle, organização, direção, porém, a atual conjuntura exige pensar a gestão de modo mais sistemático e coerente com os princípios norteadores do Serviço Social, situada num contexto de reforma e contrarreforma do Estado, bem como o seu significado na gestão pública brasileira.

Corroborando com a discussão das novas requisições aos/as assistentes sociais brasileiros, Sarmento (2013) enfatiza que as alterações na esfera das organizações, das políticas e dos serviços criam novas situações de trabalho ante as funções tradicionalmente demandadas ao Serviço Social. O autor resalta como novas requisições, a universalização e qualificação dos serviços, a municipalização e descentralização das políticas sociais, o fortalecimento dos mecanismos de controle social no âmbito das políticas públicas, recorrendo a Raichelis (1999).

Dando destaque a função gerencial, Sarmento (2017) elenca que esta requer um profissional qualificado nas esferas da formulação e planejamento, captação de recursos, execução das políticas e avaliação dos resultados e impactos, o que vai além das requisições tradicionais, comumente relacionadas a atividades rotineiras e burocráticas, denominadas pelo autor de “ciclo do gerenciamento social” (Sarmento, 2000b *apud* Sarmento, 2013).

Ao exemplificar as novas requisições da função gerencial, o autor (2013) faz alusão ao setor público, relacionando a contratação de assistentes sociais em funções que exijam respostas qualificadas, articuladas com as políticas do Governo Federal, passando pela regularização jurídico-institucional para funcionamento dos serviços, pela captação de recursos e organização de atuação e também a própria gestão das Secretarias de Assistência Social.

Recorrendo a Alves (2009), as autoras Brisola e Silva (2014) demonstram que a experiência da precarização do trabalho no Brasil advém da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato, etc.) que emerge na conjuntura histórica específica que é a racionalidade neoliberal. Essa experiência é o elemento que compõe o novo metabolismo social que emerge a partir da configuração do Estado neoliberal.

Brisola e Silva (2014) ressaltam ainda que as mudanças operadas nas condições e relações de trabalho, experienciadas pelos/as assistentes sociais na condição de trabalhadores/as assalariados/as, demonstrando que essas condições se apresentam cada vez mais precarizadas, ao passo que as exigências profissionais se intensifiquem cada vez mais. Citando Alencar e Granemann (2009), as autoras ressaltam que o Serviço Social não é imune à dinâmica dos processos sociais contemporâneos que determinam a sua configuração técnico-profissional, com implicações sobre as suas competências e atribuições, como também as suas condições de trabalho. As mesmas autoras sinalizam que, diante das racionalidades técnico-políticas e administrativas próprias da contrarreforma do Estado brasileiro, forjam-se as condições ideais para um exercício profissional com fortes tendências à precarização e à alienação profissional.

Torres e Lanza (2013) apontam a gestão social das políticas públicas como um dos principais campos de trabalho do/a assistente social, ressaltando a importância do conhecimento sobre este campo de trabalho de modo a interferir e qualificar o exercício profissional. As autoras enfatizam a importância desse conhecimento a partir de dois aspectos: as prerrogativas profissionais que constam na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993), destacando os incisos que estabelecem que é prerrogativa do/a assistente social realizar ações características do planejamento e da gestão dos serviços vinculados às políticas públicas e as discussões relativas às origens da profissão no Brasil, tendo como base a discussão de Netto (1992), ao abordar o reconhecimento à época do/a assistente social como executor terminal da política social, operando serviços e gerenciando programas e projetos implementados por intermédio das políticas sociais, reproduzindo as determinações designadas pelo Estado.

As autoras (2013) ressaltam que, na contemporaneidade, o/a assistente social, na gestão de políticas públicas, é chamado a ser um planejador do processo de gestão, a executar essa gestão das políticas sociais, sobretudo nas políticas de seguridade social, habitação e educação. Nesses termos, vem sendo demandadas aos/as assistentes sociais atividades relativas ao planejamento e a implantação de programas sociais, a elaboração e prestação de serviços, o estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação da gestão social, o que requer dos/as profissionais saberes que o/a qualifiquem a exercer a função de gestor/a da política social.

Desse modo, as autoras inferem que o/a assistente social tem sido reconhecido como o/a profissional que detém uma formação que aborda aspectos que o/a possibilitam reconhecer, analisar e dar significado às necessidades sociais manifestadas pelos usuários que demandam ações de análise, planejamento e intervenção. Este debate abrange não somente as questões teóricas que lhe fornecem direção, mas também as possibilidades de construção de estratégias e respostas profissionais que suscitem outras discussões para além da mera reprodução dos serviços determinados pelos gestores que respondem tecnicamente pela gestão.

Conforme observação feita por Almeida (1995 *apud* Oliveira, 2003, p. 113) o impulso reformador instituído na Política de Assistência Social a partir da aprovação da LOAS, foi suficiente para inscrever uma concepção moderna de Assistência Social na Constituição Federal brasileira de 1988 e para produzir uma legislação orgânica racionalizadora, ainda que ambígua do ponto de vista da redistribuição de competências e funções entre os entes federados. Porém, não conseguiu se instalar com êxito no Poder Executivo, âmbito municipal. Nesse território, quase sempre, a Política de Assistência Social continuou a ser idealizada e praticada como moeda de troca de acordos político-partidários e como recurso de patronagem e escambo eleitoral, tendendo a sujeitar o/a profissional gestor à essa dinâmica perversa.

Desse modo, Torres e Lanza (2013) destacam a identificação das políticas públicas como “arenas de disputas” entre sujeitos e projetos diferenciados, entendendo que a construção das políticas e a sua materialização no processo da gestão apontam para a confirmação ou negação e a constante necessidade de negociação dos pactos que as originam. Destarte, as autoras ressaltam que a função da gestão social vai além da dimensão técnica e alcança as dimensões políticas, tendo em vista haver na agenda pública a configuração de determinado padrão de proteção social, no qual o pacto civilizatório adotado no país define as medidas de justiça e solidariedade.

De acordo com Oliveira (2003), as indicações sugerem que a implementação efetiva do modelo de gestão da Assistência Social, pensado na perspectiva de uma cultura democrática, e dotada de um perfil universalista e redistributivo de atendimento à população, tal como proposto após a Constituição Federal de 1988, é tarefa complexa, pois, ao lado de proposições legais e práticas inovadoras como o proposto pelo SUAS, parecem coexistir mentalidades e valores típicos das culturas elitistas e clientelistas, que estimulam ações emergenciais de caridade e pronto socorro aos mais pobres, muito presentes na dinâmica municipal, como veremos adiante.

A autora (2003) afirma ainda que a incidência do clientelismo na política pública de Assistência Social pode ser caracterizada como decisiva, no sentido de imprimir a essa política uma cultura que fragiliza a ideia do direito conquistado e fortalece a ideia da dádiva e do favor, ou seja, contrariando o seu lugar de política pública, que compõe a Seguridade Social brasileira.

Desse modo, ao articular a incidência do clientelismo na Política de Assistência Social à atuação do/a Assistente Social como gestor desta política, de acordo com Oliveira (2003), podemos observar que a gestão da Política de Assistência Social sob esse enfoque, culmina numa desarticulação e fragmentação da mesma, e seus efeitos se reduzem a ajudas e concessões pontuais e descontínuas que, distante de superar a miséria que acomete a população, podem reproduzir um modo de relação clientelista entre ricos e poderosos e pobres desafortunados. A estes não cabem direitos, mas restam favores de padrinhos políticos e provedores privados que, muitas vezes, munidos de poderes e recursos públicos, podem se apropriar como forma de controlar e manter sua rede de clientela e “curral” eleitoral.

Corroborando com o que ressalta Oliveira (2003), faz-se necessário que assistentes sociais gestores da Política de Assistência Social, estejam atentos, em sua prática, ao fato de que

em tempos de crise social e exclusão, as necessidades sociais se transformam em moeda de troca para a obtenção de favores, alimentando esse ciclo hostil que inviabiliza o caráter público e afiançador de direitos da política de assistência social, e estimula ações efêmeras da rede privada, junto aos necessitados. (p.117)

A mesma autora indaga que, “se a efetividade da Política de Assistência Social, como parte integrante do sistema de proteção social, está relacionada, entre outros fatores, à cultura política que sustenta as suas ações, que comportamentos políticos se inscrevem nesse contexto”?

A título de ilustração, compartilhamos as observações feitas no exercício profissional, enquanto assistente social do SUAS, servidora pública na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, sobre o cotidiano de trabalho de um profissional graduado em Serviço Social, gestor da Política de Assistência Social de determinado município do interior do Norte Fluminense no ano de 2015. Dentre as observações mais relevantes, destacamos:

- a) desconformidade da oferta dos serviços socioassistenciais com o preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- b) associação da Política de Assistência Social a fins político-partidários, como se o orçamento destinado à política dependesse da articulação da gestão com os políticos do atual bloco político (prefeito e vereadores);
- c) linguagem conservadora sobre a concessão dos benefícios, utilizando termos de famílias que merecem ou não merecem acessá-los;
- d) postura em favor da redução da maioria penal, desconsiderando determinantes históricos e o próprio movimento da categoria profissional que se posiciona politicamente contra a redução da maioria penal;
- e) supervalorização de benefícios eventuais, como a distribuição de cestas básicas e materiais de construção, sob a premissa de inclusão, termo utilizado sem contextualização histórica e desarticulado de uma perspectiva macro da realidade social;
- f) ausência de articulação da Política de Assistência Social com outras políticas como políticas de trabalho e renda, educação, saúde que possam modificar a realidade da população;
- g) ausência de planejamento, avaliação e monitoramento dos programas, projetos e serviços desenvolvidos;
- h) assistencialismo travestido de discurso competente;
- i) manipulação e manobras efetuadas nas instâncias de controle social (Conselhos de direito e de política e Conferências), com deliberações autoritárias feitas às pressas, com parca participação popular e ausência de representação dos trabalhadores;
- j) execução da gestão numa perspectiva administrativo-gerencial, priorizando o financeiro sem problematização da realidade municipal;
- k) ausência de articulação com a equipe técnica dos desafios e possibilidades da realidade local;

- l) ausência de capacitação continuada para os trabalhadores;
- m) adoção de medidas de perseguição aos profissionais que tenham opiniões diferentes da equipe gestora, sob ameaça de instauração de processo administrativo disciplinar.

Vemos, desse modo, através das ações descritas pela observação, que somente a atuação do/a Assistente Social na gestão da Política de Assistência Social, não é suficiente para romper com a rotina institucional e apreender o movimento da realidade com intuito de detectar possibilidades de ação que impulsionem e ampliem o movimento que se organiza em torno da defesa, garantia e universalização de direitos, propondo novas estratégias para o enfrentamento das demandas sociais como destacam Cardoso e Fagundes (2013).

As autoras (2013) apontam que se faz necessária, na Política de Assistência Social, a atuação de gestores comprometidos, que assumam a perspectiva da universalização e aprofundamento de direitos, rompendo com a gestão pública voltada para o atendimento das demandas do mercado e que olhem os sujeitos em sua condição coletiva, integrantes de uma totalidade social. Desse modo, assumir esta posição implica o comprometimento com as classes trabalhadoras, em consonância com os princípios éticos contidos no Código de Ética do/a Assistente Social (1993), no qual destacamos a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; e por fim a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Ainda de acordo com Cardoso e Fagundes (2013), “os profissionais assistentes sociais gestores devem aliar seus princípios éticos profissionais aos princípios norteadores dos trabalhadores da Assistência Social, descritos na NOB-RH/ SUAS.” Na NOB destacamos alguns princípios que corroboram com os descritos no Código de Ética da profissão, tais como:

1. A Assistência Social deve ofertar seus serviços com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários;

2. Os princípios éticos das respectivas profissões deverão ser considerados ao se elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial;
3. São princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social:
 - a) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
 - b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
 - c) Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
 - d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
 - e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
 - f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
 - g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
 - h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
 - i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
 - j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, com sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Contudo, apesar dos avanços registrados e dos princípios norteadores do Serviço Social e da própria organização da Política de Assistência Social, podemos verificar que a dinâmica municipal e a correlação de forças presentes na cultura política local, podem interferir na forma como o gestor conduz as suas ações na perspectiva de um modelo de gestão participativo, que garanta direitos ou que mantenha práticas que perpetuem o clientelismo, conforme aponta Oliveira (2003) quando nos fala que

a história da assistência social tem sido pródiga em demonstrar o quanto essa cultura política tem sido capaz de legitimar a assistência social como ação emergencial e restrita exclusivamente aos pobres, carentes e desassistidos de toda sorte. A esses predestinados cabe o apoio moral da sociedade que, imbuída do desejo de socorrê-los da miséria e da pobreza termina confirmando sua submissão e dependência a uma lógica perversa e legitimadora das desigualdades.

Conforme aponta Vianna (1998 apud Oliveira, 2003, p. 129), ao que parece, prevalece, no Brasil, uma cultura americanizada, que desmonta o ideal de um modelo universalista de atendimento das demandas sociais. Essa cultura não encontra dificuldades de se instalar num país de cultura híbrida, facilitadora de arranjos tecnocratas e clientelistas, que convivem em harmonia com valores pautados na democracia pós Constituição Federal de 1988. Resta-nos, desse modo, saber em que medida os gestores da Política de Assistência Social foram absorvidos por este hibridismo.

Yazbek (2014) nos sinaliza que, na contemporaneidade do exercício profissional, tratamos das disputas políticas no espaço das políticas sociais, sendo estas mediações centrais. Trata-se da construção de hegemonia na condução dos serviços sociais e das necessidades que atendem, assim como dos direitos que asseguram não somente como questão técnica, mas como questão essencialmente política, sendo lugar de contradição e resistência. É justamente atento a estas determinações que o/a Assistente Social gestor/a, deve nortear as suas ações, no intuito de, “modificar lugares de poder demarcados tradicionalmente, e, portanto, de abertura para construir outros e não apenas realizar gestões bem-sucedidas de necessidades, encobertas pelos signos de uma nova legitimação” (p. 682).

A autora (2014) ressalta ainda que o Serviço Social é interpelado e desafiado pela sempre urgente necessidade de se construir mediações políticas e ideológicas expressas por ações de resistência e alianças estratégicas no bojo da política em suas múltiplas dimensões nos espaços institucionais e, principalmente, no contexto das lutas sociais. Essas ações se caracterizam em práticas de contestação e resistência, visando o fortalecimento de interesses e projetos que visem à superação da condição de subalternidade, também dentro dos espaços institucionais, com a ocupação de espaços como fóruns, conselhos e movimentos sociais para ampliação dos debates.

Yazbek (2014) aponta que se faz necessário saber e expressar que caminhamos profissionalmente junto aos usuários, através das ações que se constituem em mediações técnico-políticas que se redefinem a partir de situações concretas e que seguem uma direção social que se apoia em um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico-operativo. Isto se dá devido à legitimidade política presente no Código de Ética profissional (1993) e nos marcos legais que regulamentam o exercício da profissão e seu processo de formação, assim como nas múltiplas decisões, deliberações que reafirmam o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional. Deste modo, evidencia-se a relevância da dimensão cultural e política do exercício profissional.

Entendendo e situando o contexto atual cujo Serviço Social está inserido, é necessário que o/a profissional enfrente os desafios postos e saiba se desvencilhar das armadilhas e determinações impostas pela realidade socioinstitucional em que está inserido e, de certa forma limitado por ela, de acordo com Yazbek (2014), muitas vezes em decorrência da cultura política local, como vimos.

Mota (2014) demonstra que é problematizando as expressões cotidianas e imediatas da realidade e que se constituem em demandas às instituições e ao Serviço Social, é que o/a profissional pode praticar a sua autonomia intelectual que orienta sua intervenção com base

nas condições objetivas existentes, para fomentar uma cultura democrática, afiançadora de direitos.

No âmbito profissional do/a Assistente Social como gestor da Política de Assistência Social podemos observar, de acordo com Oliveira (2003), que os níveis de participação e informação política, opiniões sobre as instituições e a classe política, além de atitudes em relação às instituições e ao regime político, relacionadas ao comportamento político influenciam no entendimento dos fatores que podem favorecer determinadas culturas em relação à Assistência Social, além de variáveis como identificação religiosa, identificação partidária e níveis de participação em espaços relacionados à Assistência Social, sendo assim, supõe-se, que podem contribuir para o conhecimento das orientações referidas pelo gestor na condução da política pública de Assistência Social.

Desse modo, podemos inferir que, para uma gestão da Política de Assistência Social compromissada e pautada nos princípios éticos da profissão, bem como articulada às mudanças ocorridas na legislação da mesma, conforme demonstra Souza (2009), evoluindo do paradigma assistencialista para o paradigma socioassistencial, se faz necessário que ocorra um maior entendimento entre as três esferas de governo; que haja a articulação da Política de Assistência Social com as demais políticas setoriais; além de um trabalho exaustivo de divulgação da Política de Assistência Social como política pública entre gestores e usuários para reafirmar seu lugar de direito social. Para que uma boa gestão se concretize, faz-se necessário que esta seja pensada de forma estratégica e participativa, que demonstra a necessidade de se contar com profissionais dotados de conhecimento da problemática social para o alcance de melhores resultados na condução da Política de Assistência Social. E corroborando com a autora, por sua larga experiência junto aos usuários, o que o faz um conhecedor de suas demandas, o Assistente Social vê-se em plenas condições de assumir a gestão desta política, desde que sejam observados todos os determinantes presentes nas engrenagens da realidade social para pautar suas ações com vistas a caminhar no sentido da reafirmação de direitos e de uma cultura democrática.

Em concordância com o que aponta Yazbek (2006) onde afirma que são os/as Assistentes Sociais que estão implementando o SUAS, com base na NOB 2005, enfrentando diariamente os desafios nos diversos níveis de atuação, particularizando a consolidação e democratização dos conselhos e mecanismos de controle e participação social, a organização e o estímulo a representação dos usuários, a participação nos debates sobre o SUAS, a NOB, os CRAS e os CREAS, a elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade dos municípios, o monitoramento e avaliação da política, o estabelecimento de indicadores e padrões de

qualidade e custeio dos serviços, pois, reafirmamos, é o/a Assistente Social o/a profissional que dispõe do aporte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que lhe oferece o respaldo profissional para exercer sua relativa autonomia e direcionar suas ações em concordância com o Projeto Ético-Político profissional, contribuindo para a construção de uma cultura democrática, do direito e da cidadania na gestão da política pública de Assistência Social.

3 EXPRESSÕES DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMO GESTOR/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo, apresentaremos as análises e interpretações relativas às expressões da dimensão ético-política do Serviço Social no trabalho como gestor/a na política de assistência social a partir da produção científica brasileira publicada pela Área de Serviço Social, entre os anos de 2005 a 2022.

Para o desenvolvimento desta proposta, fundamentados em Bardin (2016), recorreremos à técnica de análise de conteúdo com auxílio do *software* de pesquisa IRAMUTEQ®, obedecendo aos critérios de organização da análise de conteúdo, quais sejam: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Na pré-análise dos dados recorreremos a dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, tendo como recorte temporal o ano de 2005 até 2022, por meio das chaves de busca: Serviço Social e Gestão da Política de Assistência Social; trabalho de assistentes sociais; dimensão ético-política do Serviço Social; Dimensão ético-política do Serviço Social e gestão da Política de Assistência Social; encontramos 10 (dez) dissertações de mestrado e 1 (uma) tese de doutorado, de diferentes instituições de ensino. Após leitura inspecional do material, selecionamos aqueles que abordam a gestão da política de assistência social e a dimensão ético-política do Serviço Social. A partir destes critérios, foram selecionadas 3 (três) dissertações de mestrado e 1 (uma) tese de doutorado, que foram submetidas a análise pelo *software* IRAMUTEQ®, sendo estas descritas na figura 02. É oportuno ressaltar que foi possível observar durante a pré-análise do material, que o tema é ainda pouco discutido pelo Serviço Social como Área de conhecimento, porém é importante mencionar a qualidade dos trabalhos analisados e a riqueza de conteúdo que nos permitiu uma análise apurada das determinações que incidem sobre as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social no trabalho de assistentes sociais gestores na política de Assistência Social.

Figura 2: Textos que compõem o *corpus* da pesquisa¹⁴

ITEM	TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO
01	Instrumentalidade do serviço social: dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional	Francilene Soares de Medeiros Costa	2008	UFRN
02	De volta ao começo: A dimensão ético-política na formação profissional das assistentes sociais	Glaucia Heloisa Malzoni Bastos de Aquino	2008	UNESP
03	Projeto profissional do serviço social: as expressões da dimensão ético-política no exercício profissional dos gestores da secretaria municipal de fortaleza	Valdenízia Bento Peixoto	2009	UFPE
04	O assistente social no âmbito da gestão da política de assistência social no município do rio de janeiro: limites e possibilidades da materialização do projeto ético-político do serviço social	Michele Pontes da Costa	2018	UERJ

Fonte: Da autora, 2024

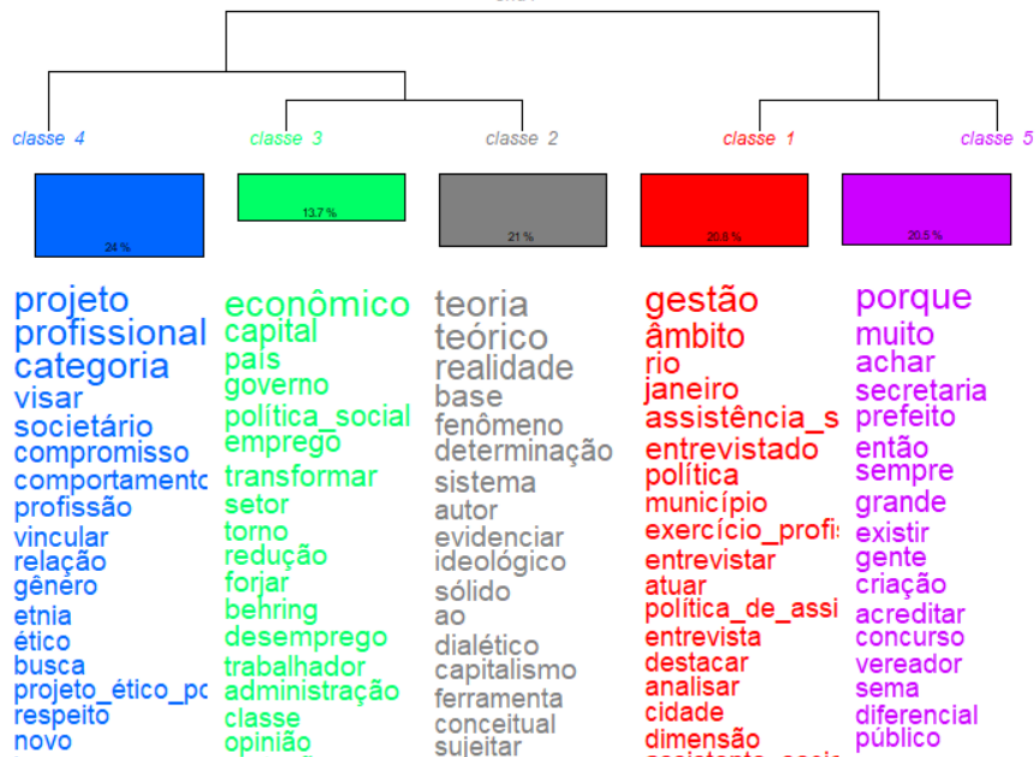
Na segunda fase, de exploração do material, recorremos a técnica de “análise de conteúdo temática ou categorial”, com recurso ao *software* IRAMUTEQ®. O processamento do *corpus* da pesquisa no *software* por meio da análise estatística denominada Classificação Hierárquica Descendente (CHD), objetiva apresentar as diferentes temáticas dentro de um grupo de texto comum, suas especificidades mais fortes e grupos que possuem menos associação entre si. Através das classes temáticas apresentadas de forma diagramática pelo dendograma, torna-se possível realizar uma interpretação da divisão de temas e subtemas presentes na análise, onde cada uma das classes possui o seu conjunto de segmentos de textos com destaque para as que foram mais representativas no contexto.

¹⁴ A dissertação de Costa (2008) propõe uma análise acerca da instrumentalidade do Serviço Social numa perspectiva de totalidade, à luz da teoria crítico-dialética. Para isto, buscou evidenciar como as dimensões constitutivas da profissão se manifestam no exercício profissional de assistentes sociais lotadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Natal/RN. Já a tese de Aquino (2008) traz a discussão sobre a forma como a dimensão ético-política, contemplada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social e pelas Diretrizes Curriculares esteve presente na formação profissional do assistente social, a partir da perspectiva das ex-alunas da graduação em Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos de São José do Rio Preto - Unilago, que desempenham o exercício da docência em Serviço Social. A dissertação de Peixoto (2009) aborda a dimensão ético-política do projeto profissional do Serviço Social nas suas expressões no exercício profissional de assistentes sociais que exercem a função de gestores na Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza-CE. Por fim, a dissertação de Costa (2018) analisa o exercício profissional de assistentes sociais que atuaram no âmbito da gestão da política de assistência social na cidade do Rio de Janeiro, identificando os limites e possibilidades da materialização do projeto ético-político do Serviço Social em seu exercício profissional.

O *corpus* geral da pesquisa foi constituído por quatro textos, separados em 772 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 629 STs, ou seja, **81,48 %** do *corpus*, o que corrobora com um resultado positivo para o prosseguimento das análises. Emergiram 27.586 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2.912 palavras diferentes e 1.371 palavras mencionadas uma única vez. O conteúdo analisado foi categorizado em cinco classes: **Classe 1**, com 131 STs (20,8%); **Classe 2**, com 132 STs (21%); **Classe 3**, com 86 STs (13,7%); **Classe 4**, com 151 STs (24%) e a **Classe 5**, com 129 STs (20,5%).

Após o processamento e agrupamento de acordo com a ocorrência das palavras, a CHD demonstrou o dendograma de classes abaixo relacionado:

FIGURA 3: Dendograma das classes fornecidas pelo *software* IRAMUTEQ®



Fonte: Da autora, 2024

Na fase do tratamento dos resultados, que compõe a terceira etapa da técnica de análise de conteúdo, elegemos as palavras com maior ocorrência em cada classe do dendograma. Para análise apresentada neste capítulo, selecionamos as seguintes palavras: dimensão ético-política, gestão, projeto profissional, projeto ético-político e política de assistência social para apresentarmos as devidas interpretações. Desse modo, é possível vislumbrar na imagem anterior, uma centralidade na classe 4, com interseção com as classes 1 e 5.

As interpretações construídas a partir da análise preliminar do *corpus* da pesquisa, de forma geral, apontam para os seguintes elementos abaixo relacionados:

- a) No que diz respeito ao trabalho do/a assistente social como gestor/a na política de assistência social, é possível notar que há concepções de gestão que possuem aspectos que vão ao encontro ao projeto ético-político da profissão, mas também ocorre uma compreensão mais tecnicista a respeito do trabalho, voltada para uma dimensão mais instrumental e operacional da política social;
- b) Há clareza dos/as profissionais sobre a correlação de forças e os desafios presentes no campo de disputas no âmbito da política de assistência social e seus rebatimentos para o desenvolvimento do trabalho na gestão;
- c) Há referência à utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e sua relação com a produtividade no âmbito da gestão;
- d) No segmento do projeto profissional/projeto ético-político da profissão há uma tendência de destacarem as particularidades do projeto, preocupação com a autoimagem e os valores da profissão.

3.1 Categorização e apresentação dos segmentos de textos das palavras selecionadas

Abaixo apresentamos as interpretações relativas a cada palavra-chave e seus respectivos segmentos de texto, iniciando pela interpretação da categoria projeto profissional/projeto ético-político do Serviço Social, em seguida a gestão da política de assistência social e, por último, as interpretações referentes a categoria política de assistência social.

3.1.1 Projeto profissional/ Projeto ético-político

O projeto profissional do Serviço Social brasileiro tem antecedentes nos anos de 1960 e 1970, no bojo da reconceituação latino-americana, de acordo com Behring (2013). A autora salienta que o grande momento de inflexão no Serviço Social ocorre a partir do Congresso da Virada, realizado na cidade de São Paulo, no ano de 1979, num contexto de luta contra a ditadura e, posteriormente, na luta por reformas na sociedade brasileira, no âmbito da redemocratização, que abarcaram a incidência sobre a Constituição Federal brasileira de 1988, em consonância com as lutas dos trabalhadores e movimentos sociais naquele momento, e que

possibilitaram o redirecionamento dos documentos fundadores do Serviço Social para uma perspectiva de ruptura com o conservadorismo, o autoritarismo e o psicologismo que marcaram a sua trajetória, e que se fizeram presentes nos Códigos de Ética de 1946, 1965 e 1975 (Bonetti et alli, 2012 *apud* Behring (2013)). Desse modo, se estabelecem novas articulações na sociedade brasileira, decorrentes do *ethos* profissional, de trabalhador assalariado (Iamamoto e Carvalho, 1982), e que se coloca numa perspectiva de solidariedade e organização da classe trabalhadora. Processo que resulta então, na revisão dos documentos basilares da profissão no Brasil, sendo o Código de Ética da profissão revisto duas vezes, em 1986 e 1993, levando em consideração a sua adequação às demandas ético-políticas e profissionais.

Netto (2009) ressalta que o debate da categoria profissional sobre o que vem sendo denominado projeto ético-político é bastante recente, datando da segunda metade da década de 1990, tendo a construção deste projeto no marco do Serviço Social brasileiro sido iniciado na transição da década de 1970 a 1980, que marca um momento de enfrentamento e denúncia do conservadorismo na profissão.

O autor (2009) situa o projeto profissional nos marcos de um projeto societário, reiterando que os projetos societários são projetos coletivos que representam uma imagem de sociedade a ser construída, que reivindicam determinados valores para justificá-la e privilegiam determinados meios (materiais e culturais) para dar-lhe concretude. Seu traço peculiar reside no fato de que se constitui como um projeto macroscópico, dotado de propostas para o conjunto da sociedade, se diferenciando de outros projetos coletivos como os projetos profissionais, devido ao fato destes não alcançarem tal nível de amplitude e abrangência. Estes, nos marcos da sociedade capitalista, são sempre necessária e simultaneamente projetos de classe, dotados de uma dimensão política, que envolve relações de poder.

Nesses termos, o projeto ético-político do Serviço Social, inscrito no marco dos projetos coletivos, de acordo com Netto (2009), se apresenta como um projeto profissional que representa a autoimagem da profissão, elenca os valores que o legitimam socialmente, delimita e prioriza os seus objetivos e as suas funções, formula os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício, prescreve as normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas, incluindo o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico do estatuto profissional.

Os projetos profissionais são construídos por um sujeito coletivo, corpo ou categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de campo, mas também o conjunto de membros que dão efetividade à profissão, o que envolve também as instituições de formação, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais. No Serviço Social, tal organização compreende o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

Na acumulação teórica operada pela profissão, o autor (2009) destaca sobretudo a incorporação das matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo da profissão, empregando abertamente as vertentes críticas, particularmente as inspiradas na tradição marxista, incorporando valores, concepções teóricas e metodológicas sintonizados com os projetos societários da classe trabalhadora e ensejando concepções que tornem possível a crítica radical às relações econômicas e sociais vigentes. Ou seja, se caracteriza como um projeto profissional que se vincula a um projeto societário que apresenta a proposta de construção de uma nova ordem societária, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero, demonstrando que este projeto carrega em seu núcleo, o reconhecimento da liberdade como valor ético central, mas a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha ante alternativas concretas, expressando um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos sujeitos sociais. A sua dimensão política é expressa no seu posicionamento em favor da equidade e da justiça social, numa perspectiva de universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais, elencando também a ampliação e a consolidação da cidadania como garantia dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora. Se posiciona também de forma radicalmente democrática, considerando a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Ainda de acordo com o autor (2009), a construção do projeto ético-político do Serviço Social acompanhou a curva ascendente do movimento democrático e popular, que tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém, sinaliza as transformações substantivas que ocorreram no sistema capitalista à época, concomitantes a uma crise social planetária que surgia na transição da década de 1980 a 1990 e que vai representar entraves à implementação do projeto ético político do Serviço Social.

Desse modo, vemos que as transformações societárias ocorridas no bojo da economia capitalista a partir da década de 1990, vão rebater no Serviço Social, nas políticas sociais e no

acesso aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, ameaçando a implementação de seu projeto profissional.

Brisola e Silva (2014) reportam as mudanças ocorridas no mundo do trabalho que reverberam nos profissionais em virtude de sua condição de assalariamento, sobretudo os desafios postos pelos processos de terceirização, flexibilização e precarização que atingem o campo das políticas sociais públicas. A insegurança gerada por contratos precarizados, associada ao acúmulo de trabalho cada vez mais burocrático acaba por minar a organização dos profissionais, levando-os a sofrimentos e adoecimentos físicos e emocionais e a enfrentamentos de caráter individual de questões que se referem a coletividade.

As autoras ressaltam ainda que a particularidade do trabalho do/a assistente social no SUAS demonstra que seu exercício profissional é permeado por contradições, exigindo dos/as profissionais a adoção de uma postura crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potencializando e dando sentido a nossa autonomia profissional.

É possível vislumbrar, na atualidade do mercado de trabalho de assistentes sociais, que as políticas sociais contemporâneas recolocam velhos dilemas da profissão sob novas roupagens, postas pelos desafios trazidos pela reestruturação produtiva do capital e o consequente processo de precarização estrutural do trabalho, que afeta os/as profissionais de dois modos distintos: o primeiro, de ordem interna, precarizando as condições do trabalho socioassistencial e o segundo, de ordem externa, acentuando as vulnerabilidades socioeconômicas da classe trabalhadora em seu significado mais amplo, abarcando trabalhadores formais e informais dos setores produtivos e não produtivos.

No que se refere aos resultados processados no IRAMUTEQ® e a interpretação dos segmentos de texto das palavras “projeto profissional” e “projeto ético-político” evidenciam que, apesar de um contexto adverso no que tange a sua implementação, existe uma preocupação da categoria profissional com o projeto ético-político do Serviço Social, seus princípios e sua efetivação/materialização no exercício profissional, conforme algumas das citações apresentadas a seguir:

(...) destaca a possibilidade de que seja verificado o compromisso do profissional com os preceitos contidos no projeto ético político através do envolvimento e da participação do assistente social na construção coletiva de ações que visem o atendimento de interesses e necessidades da população por intermédio da sua organização”. (Aquino, 2008, p. 110)

(...) quem eu sou... vejo que hoje minhas ações, meu pensar, meu jeito de agir estarão diretamente ligados ao que está no nosso projeto ético-político”. (Aquino, 2008, p. 107)

(...) fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional... refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional no Brasil”. (Peixoto, 2009, p. 99)

(...) podemos então identificar aí um ponto inexequível do projeto profissional frente à concepção de cidadania e dignidade referida pela gestora entrevistada, é importante atentar que sob a ótica de uma enxurrada ideológica das teorias neoliberais”. (Peixoto, 2009, p. 84)

(...) as bases efetivas que representam o projeto profissional perpassam o conhecimento crítico e analítico que envolve a base teórica, política, ética, organizacional e jurídica”. (Peixoto, 2009, p. 100)

(...) para elas os fundamentos do projeto profissional permanecem como horizontes a serem seguidos e almejados, sendo este vinculado à ordem societária sem exploração, por isso percebem uma correlação ideológica entre o projeto ético-político do serviço social e o projeto elaborado pela equipe do atual governo”. (Peixoto, 2009, p. 95)

(...) as gestoras justificam as ambiguidades entre o que se vislumbra e o que existe de fato nas ações políticas afinadas com o projeto profissional, a partir dos limites impostos pelo sistema capitalista e também pelo próprio PT, quando este partido passa a ferir princípios básicos de democracia e cidadania”. (Peixoto, 2009, p. 96)

Os segmentos de texto trazem alguns apontamentos no que diz respeito a percepção dos/as profissionais atuando na gestão da política de assistência social em relação ao projeto ético-político da categoria profissional, evidenciando alguns pontos como a referência a dimensão coletiva do trabalho profissional de assistentes sociais na gestão da Política de Assistência Social a partir dos valores instituídos pelo projeto profissional hegemônico; a constituição do sujeito a partir dos valores ético-políticos da profissão; a reflexão sobre a formação profissional e seus impactos na concretização do projeto profissional, particularmente no exercício profissional no SUAS; os impactos do neoliberalismo nas políticas sociais e consequentemente, na implementação do projeto profissional; a importância do conhecimento das dimensões constitutivas da profissão para a defesa dos pressupostos do projeto ético-político no exercício profissional; o distanciamento entre os fundamentos do projeto profissional e os pressupostos demandados pela gestão da política de assistência social sob o viés neoliberal, trazendo implicações para o trabalho coletivo; e ainda os limites impostos pela conjuntura política, econômica e social que corroboram para que mesmo um partido progressista na gestão governamental, possa adotar posturas que ferem princípios democráticos e de cidadania, se opondo aos valores que sustentam o projeto ético-político do Serviço Social.

Brisola e Silva (2014) ressaltam que a análise do trabalho do/a Assistente Social no SUAS, demanda a identificação das contradições do fazer profissional como trabalhador/a assalariado/a que atua no âmbito das políticas sociais e não dispõe de recursos para executar a sua ação, estando à mercê dos “parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho”, e que “condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais” (Iamamoto, 2009, p. 38; 39)

Segundo as autoras (2014), é possível observar que o fazer profissional no SUAS se move pelos pressupostos éticos e políticos que evidenciam um potencial compromisso com os usuários, no entanto é possível observar também um processo de despolitização no interior da política de assistência social, bem como da categoria profissional de assistentes sociais, sendo nesta, a precarização das condições de trabalho fator determinante.

A efetivação do trabalho profissional é impactada pelos processos mais amplos da sociedade na contemporaneidade, como a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado, mas também pelo modo pelo qual o SUAS é apreendido e apropriado pelos gestores municipais (Brisola e Silva, 2014).

Tal observação remete à discussão da cultura política e seus impactos na efetivação do projeto ético-político do Serviço Social e na garantia do acesso da população usuária à política de assistência social numa perspectiva de direito social.

Oliveira (2003) afirma que a incidência do clientelismo na política de assistência social pode ser caracterizada como decisiva, no sentido de imprimir a essa política uma cultura que fragiliza a ideia do direito conquistado e fortalece a ideia da dádiva e do favor, ou seja, contrariando o seu lugar de política pública, que compõe a seguridade social.

Contudo, apesar dos avanços registrados e dos princípios norteadores do Serviço Social e da própria organização da política de assistência social, é possível verificar que a dinâmica das gestões municipais e a correlação de forças presente na cultura política brasileira, podem interferir na forma como os gestores conduzem as suas ações na perspectiva de um modelo de gestão participativo alinhado às prerrogativas do projeto ético-político da profissão, que viabilize direitos ou que mantenha práticas que perpetuem o clientelismo.

Brisola e Silva (2014), evidenciam ainda os impactos do processo de formação profissional no trabalho desenvolvido no SUAS, quando o processo de mercantilização do ensino superior impacta a qualidade do exercício profissional e do trabalho prestado à população usuária, diante do processo de massificação da educação numa perspectiva mercadológica, expressa na expansão dos cursos de Serviço Social, sobretudo na modalidade EaD (ensino à distância) privado e ensino presencial privado, que colocam no mercado um

número cada vez maior de profissionais, provocando o rebaixamento salarial em razão da grande oferta de mão de obra, o que gera também a perda de qualidade da formação universitária e facilita a submissão dos/as profissionais à lógica do mercado, corroborando para um processo de despolitização da categoria profissional.

Desse modo, as autoras reiteram que a formação profissional de qualidade é condição essencial para que os serviços sociais possam se desenvolver na perspectiva de direito social. Assim, “a formação é elemento determinante na construção de bases críticas sólidas que ofereçam ao futuro profissional condições para atuar na perspectiva do projeto profissional do Serviço Social” [na política de assistência social] (Brisola e Silva, 2014, p. 103).

As autoras (2014) refletem de modo provocativo sobre de que forma os/as profissionais formados/as em condições precárias, com enormes deficiências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas e inseridos precariamente nos espaços organizacionais poderão contribuir com as famílias para a conquista da autonomia e da emancipação propostas tanto na PNAS quanto no projeto ético-político do Serviço Social? Como estes profissionais poderão intervir na realidade sem os aportes teórico-críticos que permitam desvelar o real? Como poderão ouvir as demandas trazidas pelos usuários e interpretar a PNAS, situando-a no contexto das tendências contemporâneas da política social? De que modo é possível garantir que os profissionais que atuam no SUAS (sobretudo na gestão da política social, nosso foco de análise) não reproduzam o conservadorismo histórico da assistência social, e aí acrescentamos a reprodução do conservadorismo histórico na profissão de Serviço Social?

A partir do exposto, podemos vislumbrar os impasses colocados pela dinâmica capitalista à efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, particularizando o trabalho profissional do/a assistente social na gestão da política de assistência social. E correlacionando ao que foi exposto anteriormente no trabalho, vemos que, sob a égide do neoliberalismo, os impasses se intensificam e aumentam significativamente os desafios para a categoria profissional de Serviço Social.

Guerra (2014) salienta que existem dois elementos que dificultam a materialização do projeto ético-político do Serviço Social, sendo um de ordem material concreta e o outro, de ordem teórico-intelectual, quais sejam: a conjuntura macroeconômica e a ausência de uma efetiva apropriação dos fundamentos teóricos, éticos e políticos do projeto profissional. Esses elementos podem contribuir para que os/as profissionais não consigam materializar o projeto ético-político e desenvolvam ações que não se alinham com a defesa da garantia plena dos direitos sociais e com o horizonte de uma nova ordem societária.

Diante dos elementos apresentados, inferimos que a análise dos segmentos de texto evidencia que há uma preocupação da categoria profissional que atua na gestão da política de assistência social com a defesa do projeto ético-político do Serviço Social e a gestão numa perspectiva democrática, porém há a sinalização de determinações que incidem na impossibilidade da plena materialização do projeto ético-político, sobretudo as determinações macroestruturais, ligadas às orientações neoliberais na condução da economia e das políticas sociais, além de sua incompatibilidade com os valores democráticos e universais contidos no projeto profissional, bem como as fragilidades advindas da mercantilização da educação no país, que impactam sobremaneira a profissão de Serviço Social e seu projeto profissional, tendo em vista a exigência de uma atuação com perfil mais tecnicista e tarefeiro em detrimento de uma atuação crítica e comprometida com os princípios do projeto ético-político.

3.1.2 Gestão

Neste subitem e ao longo da dissertação, ressaltamos a concepção de gestão democrática como norteadora de nossas análises. Particularmente aqui, recorreremos a Filho e Gurgel (2016), que analisam e demonstram as possibilidades de se pensar a gestão como uma das dimensões do processo de democratização voltada para a construção de uma sociedade efetivamente emancipada. A atuação no campo da gestão, ao se pautar numa perspectiva democrática, deve possibilitar, tanto no campo da produção quanto da reprodução social, desenvolver ações administrativas que venham ao encontro ao processo de democratização. Conforme é possível observar no segmento de texto abaixo:

(...) a relação entre gestão e o serviço social deverá estar subordinada à concepção de gestão ao atual projeto ético-político, uma vez que a gestão de políticas sociais não se constitui como atribuição exclusiva do assistente social. (Costa, 2018, p. 132)

Filho e Gurgel (2016) consideram que a finalidade da gestão democrática deve ser a transformação das condições de vida das classes subalternas, com vistas ao aprofundamento e à universalização dos direitos civis, políticos e sociais, contribuindo para a superação da ordem do capital. Tal finalidade aponta para uma intervenção imediata que objetiva a expansão da emancipação política, na perspectiva de contribuir com a luta pela construção da emancipação humana.

Ressaltam ainda que a finalidade da gestão democrática representa a orientação a qual a gestão deve estar subordinada, porém, isto não significa dizer que a gestão será efetivada

imediatamente alinhada à perspectiva democrática, considerando que o espaço organizacional ao qual será implementada está, de um modo ou de outro, comprometido com a finalidade capitalista. Tal questão representa um impasse para uma gestão alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social, conforme abordamos e que é corroborado pelos resultados da pesquisa, onde se aponta que as condições objetivas para implementação de uma gestão democrática são deveras limitadas.

A proposição de gestão adotada por Filho e Gurgel (2016) e corroborada neste trabalho, é uma gestão contraditória à ordem capitalista e, por este motivo, a possibilidade de efetivação se relaciona a movimentos que tensionem a ordem estabelecida.

Os segmentos de texto referentes a palavra gestão, demonstram que há um dissenso no que se refere aos/as assistentes sociais que atuam na gestão, tendo atuações pautadas no projeto ético-político do Serviço Social e também em um trabalho puramente tecnicista, que busca atender as demandas imediatas advindas da gestão municipal, conforme observaremos mais adiante.

Apesar das exigências de uma atuação profissional qualificada e comprometida com os princípios ético-políticos da profissão tanto na “ponta” dos serviços como no âmbito da gestão, do planejamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais, é possível constatar que, especialmente o/a profissional que ocupa o cargo de gestão, encontra-se profundamente sujeito/a às correlações de forças e ao jogo político inscritos na dinâmica da gestão municipal da política de assistência social. Os segmentos de texto abaixo demonstram estes apontamentos:

(...) em especial os que atuam no âmbito da gestão da política de assistência social na cidade do Rio de Janeiro, que orientam suas ações profissionais por esses valores, terão condições objetivas limitadas para implementação de uma gestão democrática. (Costa, 2018, p. 153)

(...) no âmbito da gestão é mais difícil conseguir identificar a dimensão ético-política, o profissional que atua na gestão da política de assistência social tem a dimensão ético-política atravessada o tempo todo no seu exercício profissional por processos de escolhas. (Costa, 2018, p. 141)

(...) entre os desafios enfrentados na prática profissional no âmbito da gestão da política de assistência social no município do Rio de Janeiro, as entrevistadas destacaram as metas e as solicitações do gabinete e do nível central dessa secretaria de assistência social. (Costa, 2018, p. 135)

Valle e Leite (2019) ressaltam que os/as assistentes sociais inseridos/as em espaços sócio-ocupacionais de cariz reestruturado, referindo-se aos impactos da racionalidade gerencial sobre o trabalho profissional, se veem desafiados/as cotidianamente tanto na sua

condição de trabalhador assalariado, quanto na dimensão ideológica da profissão, tendo em vista que esta, de maneira hegemônica, reivindica um projeto profissional e societário progressista, indo na contramão das instituições públicas conduzidas sob a lógica neoliberal-gerencialista.

As autoras (2019) demonstram que a intensificação e a precarização do trabalho no serviço público e, conseqüentemente, sobre os espaços ocupacionais do Serviço Social, trazem novos desafios que, de modo paradoxal, retrocedem práticas que representam o que de mais conservador há na profissão, como ações de tutela, coerção e convencimento. Tais características associadas as prerrogativas do ideário gerencial e respaldadas pela utilização de fontes neopositivistas e pós-modernas, forjam novas necessidades sociais que naturalizam posturas de mobilização da subjetividade e passivização dos trabalhadores, o que implica numa despolitização das necessidades do trabalho por intermédio da adoção acrítica, por parte do/a assistente social, da teleologia do empregador.

Silva (2012) identifica que a centralidade da política de assistência social diante das demais políticas sociais, impacta o cotidiano profissional de assistentes sociais, a partir do momento em que tensiona as dimensões das competências e atribuições privativas do/a assistente social – que demandam um/a profissional crítico/a, vinculado/a às demandas coletivas dos usuários, ao acesso aos direitos e as demandas institucionais que vêm exigindo um/a profissional com perfil mais tecnicista, cuja tendência é a de fortalecimento das bases conservadoras do Serviço Social, ou seja, mero controle de parcelas da classe trabalhadora usuária desta política.

Analisando os impactos da racionalidade gerencial e sua capacidade de inflexionar o trabalho dos/as assistentes sociais, Valle e Leite (2019) partem do pressuposto de que se trata de um contexto que reforça a histórica subalternidade profissional do Serviço Social, como também impacta na relativa autonomia da profissão¹⁵, diante de uma dinâmica societária que promove a barbarização da vida social diante das crises do capital e seus impactos no mundo do trabalho.

Brisola e Silva (2014) apontam que a burocracia assume um lugar de destaque no trabalho profissional, o que colabora para que o sentido do fazer profissional seja ocultado,

¹⁵ Iamamoto (2009) refere que a autonomia relativa da profissão de Serviço Social se refere a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional, moldando seu conteúdo e o modo de operá-lo, resguarda pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Porém, a autora salienta que essa autonomia depende da correlação de forças econômica, política, cultural em nível societário que se expressa, de modo particular nos mais distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados.

impondo um novo tipo de racionalidade que inibe a reflexão crítica e as possibilidades de resistência dos/as profissionais.

Torres e Almeida (2014), ressaltam que o/a assistente social necessita de sólidas bases teórico-metodológicas, que lhe permitam realizar uma análise crítica apurada da realidade social e não só desta, mas também de seu contexto de trabalho, que se apresenta de modo bastante adverso na atualidade. As autoras (2014) também dialogam sobre o fato de a política de assistência social trazer impressa no imaginário social, de que se trata de uma política direcionada à população mais vulnerável economicamente, os “sem renda”, “os carentes”, “os excluídos”, dentre outras nomenclaturas, o que demanda um trabalho comprometido em romper com essa visão, numa perspectiva de compromisso ético, mudança na forma de prestação dos serviços e também no fomento ao envolvimento dos usuários de modo a garantir a participação popular nos processos de decisão desta política social. Desse modo, requer uma dimensão de intervenção coletiva, para que o foco das ações não seja o individual, no sentido de responsabilização dos indivíduos, mas sim uma perspectiva de ação coletiva.

Estas determinações vão incidir sobre os desafios que se colocam cotidianamente aos/as profissionais de Serviço Social na gestão da política de assistência social, sobretudo na capacidade de articular as dimensões constitutivas da profissão no seu exercício profissional. Os segmentos de texto chamam atenção para uma perspectiva de gestão mais tecnicista pela ótica dos/as profissionais, se distanciando da perspectiva de gestão democrática alinhada aos pressupostos ético-políticos da categoria profissional.

Silva e Guedes (2022), ao analisarem a dimensão ético-política do Serviço Social à luz da filosofia da práxis de Gramsci, depreendem que refletir sobre a dimensão ético-política demanda situar no comportamento cotidiano dos/as profissionais, a defesa de uma direção progressiva crítica na correlação de forças presente neste âmbito, ou seja, a defesa de um direcionamento ético e politicamente comprometido com as demandas das classes subalternizadas.

Desse modo,

quando a objetivação das ações profissionais das/dos assistentes sociais na realidade efetiva não é mediada por uma direção ético-política, compreende-se que o peso que opera com mais força, imediatamente, é o das forças dominantes. Não por acaso, essas ações profissionais, resultantes de um absenteísmo político que se materializa contraditoriamente como uma posição política, sem a mediação da ética em sua acepção histórico-concreta, podem reforçar as fileiras das ideologias dominantes, haja vista que podem ter um caráter mistificante, doutrinário e fetichista. (Silva e Guedes, 2022, p. 215)

É possível vislumbrar uma tendência dos/as profissionais em adotar uma gestão mais técnica em detrimento de uma perspectiva democrática que vá de encontro aos pressupostos ético-políticos da profissão, conforme os segmentos de texto abaixo relacionados:

(...) destacamos o dado de que 100 das entrevistadas que atuavam no âmbito da gestão, respaldavam na legislação da política de assistência social e desses apenas 50 nas legislações profissionais, esses dados podem caracterizar um trabalho pautado no tecnicismo do profissional do serviço social na gestão dessa política. (Costa, 2018, p. 143)

(...) esse trabalho tecnicista pode proporcionar um distanciamento ou um não reconhecimento que o trabalho no âmbito da gestão, planejamento, monitoramento e avaliação na política de assistência social é também uma competência do profissional de serviço social e portanto, o trabalho do assistente social gestor deveria se respaldar também na legislação profissional. (Costa, 2018, p. 143)

(...), no entanto será preciso uma visão ampla de gestão que possa articular a dimensão ético-política com a dimensão instrumental evitando a separação entre o político e o técnico. (Costa, 2018, p. 132)

(...) ressaltamos que a visão tecnicista pode impulsionar posturas autoritárias e antidemocráticas, principalmente no que se refere a não flexibilização das ações no âmbito da gestão, desse modo, esses elementos não se aproximam dos valores expressos no projeto ético-político do serviço social. (Costa, 2018, p. 133)

Silva e Guedes (2022), afirmam a necessidade de se considerar a tríplice competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, sobretudo ante aos desafios do exercício profissional, (e aqui nos atemos à gestão como competência profissional) no qual a dimensão técnico-operativa tende a figurar como concreta, vinculada às demandas imediatistas que se apresentam no cotidiano profissional, o que termina por mistificar sua relação intrínseca com as dimensões teórico-metodológica e ético-política. O que demanda a necessidade imperativa de se refletir sobre o “fetiche da técnica”, que demonstra uma tendência que dificulta a apreensão do que vem a ser a competência técnico-operativa na sua relação com as outras competências e com as demais dimensões da profissão.

As autoras (2022) inferem que a dimensão técnico-operativa, para além da técnica propriamente dita, se consubstancia engendrada nas demais dimensões do Serviço Social, cuja instrumentalidade revela uma relação unidade-diversidade entre a singularidade do agir profissional no cotidiano e sua universalidade, uma vez que vinculada a direção de superação das carências que manifestam a negação da ética na ordem capitalista.

Conforme mencionado pelas autoras (2022) o fetiche da técnica se constitui como um elemento que decorre de uma postura profissional que nega a totalidade relativa da dimensão técnico-operativa enquanto uma diversidade inscrita numa unidade, em que as demais dimensões fazem parte e se relacionam dialeticamente. Tal fetiche se objetiva ainda, de modo

contraditório, como uma suposta “não posição” dos/as profissionais no cotidiano do exercício profissional em relação à afirmação teleológica da profissão, no sentido de negar o seu projeto ético-político. Tal reflexão vai ao encontro ao evidenciado pelos segmentos de textos.

Moljo *et al* (2017) ressaltam que mesmo com a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, ainda é possível observar a presença do conservadorismo no seio profissional. Somado a isto o crescimento das tendências pós-modernas incompatíveis com a visão de totalidade presente no projeto ético-político da profissão. A visão conservadora contribui para uma perspectiva fragmentada da realidade, tendo como desdobramento limites ao exercício profissional, além de contribuir para um perfil profissional tecnicista e, do ponto de vista ideológico, conservador, pautando o seu exercício na aceitação da dinâmica capitalista.

Nas análises dos segmentos de texto das palavras elencadas é possível vislumbrar uma sincronia no que se refere a tendência da adoção da gestão da política de assistência social numa perspectiva mais técnica, buscando corresponder à dinâmica gerencialista da própria política de assistência social, numa perspectiva assistencialista focalizada nos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, em detrimento de uma visão de totalidade, alinhada aos princípios ético-políticos defendidos pela categoria profissional de Serviço Social. Isto se dá por determinações sociais que vão incidir tanto na política de assistência social enquanto pilar da proteção social brasileira, tendo em vista a tendência de assistencialização das políticas sociais, na perspectiva focalizada e seletiva, voltada para o atendimento aos segmentos sociais mais vulnerabilizados.

O contexto do capitalismo de tipo neoliberal, somado as racionalidades técnico-políticas e administrativas, que embasam a contrarreforma do Estado brasileiro, é terreno fértil para as condições do exercício profissional do Serviço Social com fortes tendências de precarização e de alienação profissional, conforme observado por Alencar e Granemann (2009). Em um contexto histórico de regressão dos direitos dos trabalhadores, a barbárie social, por intermédio de mediações específicas, reproduz no âmbito institucional do exercício profissional condições limitadas para o exercício da autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política do exercício profissional, indicando a singularidade do debate da autonomia relativa da profissão de Serviço Social no quadro da correlação de forças presentes no atual contexto social.

3.1.3 Política de assistência social

Referenciamos aqui a política de assistência social como política pública de proteção social não contributiva, que compõe junto à política de saúde e de previdência social a Seguridade Social brasileira pós Constituição Federal de 1988. Historicamente esteve ligada à filantropia e a caridade, contudo após a CF e a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social, a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como outras regulamentações posteriores, modificou seu paradigma de assistencialista para paradigma de direito social regulamentado, o que trouxe inúmeras inovações, sobretudo no que se refere à organização dos serviços em níveis de complexidade, mas também desafios para romper com o passado autoritário e assistencialista. No entanto, conforme depreendido por Souza (2009), sua implementação, como parte de um processo de descentralização político-administrativa, carrega as marcas das diferenças políticas e ideológicas que caracterizam as administrações públicas no Brasil.

É oportuno ressaltar que as mudanças ocorridas no paradigma da política de assistência social, representam novas requisições à categoria profissional de Serviço Social, a partir do aumento do mercado de trabalho na área, bem como requisitando os profissionais a atuar na formulação, planejamento, gestão, monitoramento e avaliação da política de assistência social. Isto significou novas requisições tanto do ponto de vista de novas demandas, como apontado, como também a intensificação e precarização das condições de trabalho na política de assistência social, acompanhando as tendências macrosociedades.

Com o processo de municipalização das políticas sociais em consonância com as prerrogativas constitucionais, a execução dos serviços e programas da política de assistência social ficou sob a responsabilidade das prefeituras municipais, deste modo, o cumprimento das exigências estabelecidas pela LOAS, vai exigir uma nova configuração e assim, ampliar o leque de possibilidades de atuação dos assistentes sociais neste campo. A partir do novo ordenamento institucional da política de assistência social, há a necessidade de contratação de profissionais capacitados não apenas em executar, mas também com capacidade de planejar, assessorar e gerir esta política, modificando a esfera de intervenção dos/as assistentes sociais, já reconhecidamente atores privilegiados no campo social, ressaltando que a atuação neste campo não é prerrogativa exclusiva do/a assistente social, porém por sua vasta trajetória neste território, viu serem ampliadas as possibilidades de atuação neste segmento (Souza, 2009).

Neste item, os segmentos de texto corroboram com a discussão já elaborada anteriormente, indicando que o debate feito entre os segmentos está muito próximo, tendo em

vista a consideração de uma análise sócio-histórica da política de assistência social, reconhecendo a mudança de paradigma e sua elevação ao status de política pública que integra a Seguridade Social brasileira. Sinalizam também o trabalho do/a assistente social na gestão da política de assistência social e as disputas que se colocam entre pautar a gestão numa perspectiva mais tecnicista e sustentar uma gestão alinhada aos princípios democráticos e valores contidos no projeto ético-político da profissão de Serviço Social, conforme podemos observar no destaque abaixo:

(...) na secretaria de assistência social no Rio de Janeiro teve um movimento de um grupo forte que definiu que era importante ter o assistente social na gestão da política de assistência social [a partir disso] o assistente social começa a exercer alguns cargos estratégicos dentro da secretaria. (Costa, 2018, p. 131)

(...) observamos que os objetivos profissionais relatados nas três entrevistas apesar de distintos, são complementares; a democratização das informações é uma via na implementação da política de assistência social, demonstrando compromisso com a população usuária dos serviços. (Costa, 2018, p. 134)

(...) nesse caso, a dimensão ético-política no exercício profissional é importante para tentar superar o cotidiano burocrático no trabalho do assistente social, em especial na gestão da administração pública da política de assistência social. (Costa, 2018, p. 141)

(...) os relatos das entrevistas apontaram que alguns gestores demonstravam a tentativa de construir junto à equipe uma reflexão sobre os direitos dos usuários tentando superar a cultura histórica da política de assistência social sobre a órbita do favor e da caridade. (Costa, 2018, p. 137)

Pereira (2016) ressalta as transformações que ocorreram no âmbito das políticas públicas como resultado das saídas da crise do capital, com alterações no modelo de acumulação e na regulação social estatal. Ressalta também, que num contexto marcado por projetos societários antagônicos em disputa, reverberam na nova forma de gestão das políticas públicas, particularmente as sociais, que se apresentam repletas de contradições e ambiguidades a medida em que expressam sentidos diferentes que convivem nas mesmas práticas de gestão pública.

Oliveira (2003) chama atenção para o fato de que a eliminação do regime autoritário da ditadura não significou a superação dos altos índices de elitismo e clientelismo que caracterizam o estilo de fazer política no Brasil. A autora refere que distintas culturas políticas atravessam as ações coletivas dos grupos sociais e incidem nos sistemas de proteção social. Analisando a política de assistência social, a autora ressalta que em seu caso, essas culturas apresentam características que de um lado, favorecem a “transição” para o modelo

participativo, e, de outro, impedem a sua consolidação, na medida em que são mantidas atitudes e práticas que perpetuam o elitismo e o clientelismo.

Essas práticas cristalizam a noção da assistência social como ação compensatória de desigualdades, destinada a neutralizar os riscos que os “miseráveis” podem trazer às liberdades individuais e à concorrência privada, pois sob este enfoque, o mercado é que deve ser capaz de atendê-los, pois essa tarefa não caberia exclusivamente ao Estado. A incidência da cultura tecnocrática, confere a política de assistência social um perfil limitado e ambíguo, que estimula ações emergenciais e descontínuas no enfrentamento à pobreza e a desigualdade social (Oliveira, 2003).

Souza (2009) ressalta que embora haja uma legislação que normatize a prática da assistência social prestada com recursos públicos, ou seja, diferente da filantropia, na realidade esse processo ainda encontra obstáculos, pois em muitos lugares, ainda persiste a prática da assistência social como caridade, com viés de favor, assistencialista em detrimento de uma perspectiva de direito social.

Corroborando com os segmentos de texto, a autora (2009) também refere a ausência de entendimento por parte dos administradores locais de que a política de assistência social é uma política pública horizontal, que perpassa as demais políticas, tem relegado seus serviços às secretarias e departamentos correlatos, terminando por limitar suas ações ao estrito campo da gestão da pobreza, fazendo com que a política de assistência social perca o seu papel articulador e seja reduzida à prestação de serviços que contam, na maioria das vezes, com um reduzido e insuficiente repasse de recursos dos governos federal e estaduais.

Com relação a gestão da política de assistência social, segundo Souza (2009), a nova forma de gerir a administração pública, pensada sob uma perspectiva estratégica e participativa, denota a necessidade de contratação de profissionais que detenham um conhecimento da problemática social com vistas à obtenção de melhores resultados, sendo o/a assistente social um/a profissional capacitado para tal função, tendo em vista a sua vasta experiência junto aos usuários e suas demandas.

É preciso ressaltar também, concordando com Rodrigues (2009) que, o SUAS apresenta características compatíveis com uma grande ferramenta gerencial que inova na gestão da política de assistência social, mas que, sem a devida crítica, pode corroborar para a perspectiva de uma seguridade social meramente assistencial, decorrendo daí uma preocupação com uma gestão tecnicista, que enfatiza o custo benefício da política, através da adoção de novas tecnologias de gestão e ou inovação gerencial (Silva, 2012).

Tais determinações como a contradição inerente à política de assistência social que, ao mesmo tempo em que amplia o mercado de trabalho do Serviço Social, precariza as condições de trabalho diante de contratações por meio de vínculos precários, baixos salários, dentre outras questões, além da cultura política que ainda perpetua a política de assistência social no viés assistencialista e voltado para a gestão da pobreza, vão afetar sobremaneira o exercício profissional de assistentes sociais na gestão da política de assistência social, sobretudo no que se refere a gestão numa perspectiva democrática, alinhada aos princípios ético-políticos de seu projeto profissional em detrimento de uma gestão tecnicista e burocrata, preocupada com o cumprimento de normas e rotinas institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesta dissertação refletir sobre as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social no trabalho do/a Assistente Social enquanto gestor/a da política pública de assistência social, situando-as no contexto do atual estágio do capitalismo, a partir dos determinantes estruturais e conjunturais que impactam de modo insidioso tanto a política de assistência social quanto o exercício profissional dos/as assistentes sociais neste âmbito.

No percurso da escrita, trabalhamos com quatro dimensões de análise, a primeira situando o debate da assistência social como política pública integrante da Seguridade Social Brasileira e refletindo sobre os interesses contraditórios que permeiam a política de assistência social no Brasil; na segunda dimensão de análise, nos detemos sobre as disputas que acontecem num contexto marcado pelo capitalismo de tipo neoliberal/ gerencialista, por intermédio das contrarreformas do Estado que impactam a política de assistência social e também o trabalho do/a assistente social; já na terceira dimensão, discutimos as particularidades do trabalho do/a assistente social que ocupa o cargo de gestão na política de assistência social; e por fim, na quarta e última dimensão analisada, abordamos as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social no trabalho de assistentes sociais na gestão da política de assistência social.

Buscamos situar as transformações ocorridas na Política de Assistência Social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a assistência social ganha novos contornos e adquire status de política pública, integrante da Seguridade Social brasileira, dotada de um arcabouço jurídico e político que regulamenta as ações do poder público neste âmbito, bem como apontar a contradição que permeia a política de assistência social no sentido de, ao mesmo tempo em que representa um mecanismo de respostas às demandas de segmentos vulnerabilizados da classe trabalhadora, também é capaz de criar mecanismos de controle dessa população.

Ressaltamos também a cultura política que ainda incide na política de assistência social, mesmo com grandes avanços em sua ordenação, coexiste com os mecanismos de favor e clientelismo, além do contexto econômico em que se deu a transição democrática em meio a ampliação da desigualdade e da adoção da agenda neoliberal, com consequências na desproteção do trabalho e cortes nos gastos públicos, subjugando a política de assistência social à política de ajuste econômico.

Nesse sentido a descentralização é relegada a responsabilização dos municípios pelas políticas sociais, numa lógica de desregulação, focalização e seletividade, bem como a privatização das políticas sociais.

Contextualizamos o atual estágio do capitalismo em sua face neoliberal, como estratégia de enfrentamento à crise estrutural e sistêmica, particularizando a experiência brasileira, onde se radicaliza e opera mudanças significativas nos mais diversos âmbitos, sobretudo no que diz respeito ao trabalho e às políticas sociais, a partir da contrarreforma do Estado expressa na sua face gerencialista com rebatimentos tanto na política de assistência social, ao provocar uma mudança de perspectiva democrática e universalizante para uma perspectiva de gestão da pobreza e dos grupos mais vulnerabilizados da classe trabalhadora. Sob os pressupostos dos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI.

Investigamos os impactos do capitalismo de tipo neoliberal no exercício profissional dos/as assistentes sociais, a partir de novas demandas relativas à radicalização das expressões da questão social, bem como na intensificação e precarização das condições de trabalho de assistentes sociais atuantes na política de assistência social. Assim, tratamos das novas requisições profissionais e novos enfrentamentos e desafios frente à reconfiguração da política de assistência social, com a descentralização político-administrativa e o convívio entre a lógica do direito garantido em lei e a permanência de traços antidemocráticos, da cultura do assistencialismo e do favor.

Abordamos também as particularidades do trabalho do/a assistente social como gestor na política de assistência social, dando destaque a categoria trabalho no Serviço Social e o caráter contraditório do exercício profissional. Discorremos sobre o significado social da profissão, considerando-a como um tipo de especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho na dinâmica do capital, reconhecendo as tensões existentes entre o trabalho assalariado com a sua relativa autonomia no exercício profissional e a defesa do projeto profissional.

Particularizando o trabalho do assistente social na política de assistência social, foi possível depreender que a centralidade da política de assistência social dentre as políticas sociais, impacta o trabalho profissional, tensionando as competências e atribuições privativas da profissão ao demandarem uma atuação crítica e comprometida com os valores do projeto ético-político da profissão e as demandas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que precisa responder às demandas institucionais, numa perspectiva mais tecnicista.

No que se refere à gestão da política de assistência social por assistentes sociais, verificamos que as mudanças que ocorreram após a promulgação da CF de 1988 trouxeram

novas requisições ao Serviço Social a partir de sua expertise no campo social, contemplando um importante reconhecimento para o Serviço Social, demandando a sua atuação na gestão, planejamento, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais. Apesar disso, em decorrência da racionalidade neoliberal, se delineiam novos contornos para as políticas sociais juntamente com a precarização das condições de vida e trabalho, impactando o trabalho dos/as assistentes sociais na gestão. Para além disso, temos também a permanência de uma cultura política com contornos tecnocratas e clientelistas, em um cenário de correlação de forças e disputas de diferentes projetos e interesses, que coexistem com valores democráticos pós CF de 1988.

Salientamos também, de acordo com a literatura, a necessidade de que os/as profissionais na gestão da política de assistência social, orientados/as pelos princípios do projeto ético-político, busquem construir mediações que expressem resistência ao movimento do capital e seus impactos no exercício profissional e na própria política de assistência social, buscando fortalecer os interesses da classe trabalhadora.

A partir das análises realizadas ao longo do trabalho, reafirmamos que é reconhecendo a dimensão ético-política da profissão que o/a Assistente Social que atua na gestão da política pública de assistência social vai pautar a sua atuação na construção de uma contra hegemonia que seja afirmadora de direitos dentro da política de assistência social ou pautará sua gestão de modo mais tecnicista, vinculado às requisições institucionais, numa perspectiva antidemocrática e clientelista.

Abordamos as manifestações da dimensão ético-política do Serviço Social na gestão da política de assistência social a partir da análise e da interpretação da produção bibliográfica da área de Serviço Social publicada entre os anos 2005 a 2022. Para tal, recorreremos à técnica de análise de conteúdo com recurso do *software* Iramuteq obedecendo aos critérios de organização da análise de conteúdo, nas etapas de pré-análise do material, exploração e tratamento dos resultados. Para tanto, recorreremos ao Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, utilizando as chaves de busca referidas ao longo do trabalho. Na fase de exploração do material recorreremos ao uso do *software* para o processamento do *corpus* da pesquisa por meio da análise estatística denominada Classificação Hierárquica Descendente (CHD). O *corpus* da pesquisa foi constituído por quatro textos, com aproveitamento de 81,48% de seu conteúdo.

Diante disso, na análise do *corpus* da pesquisa buscamos responder a seguinte questão norteadora: Quais as expressões da dimensão ético-política do Serviço Social brasileiro no

trabalho de assistentes sociais que ocupam cargos de gestão na política de assistência social na produção acadêmico-científica publicada entre 2005 e 2022?

Na etapa de tratamento dos resultados, selecionamos as palavras com maior ocorrência no dendograma, tendo sido analisadas: dimensão ético-política; gestão; projeto profissional; projeto ético-político e política de assistência social. As interpretações construídas na análise preliminar dos segmentos de texto do apontaram para uma tendência de ocorrerem distintas concepções de gestão dos/as assistentes sociais na política de assistência social: uma que vai ao encontro dos princípios ético-políticos defendidos pela categoria profissional e outra com tendência de uma compreensão e postura mais tecnicista a respeito do trabalho enquanto gestor. Demonstram também que há clareza dos/as profissionais sobre as disputas e correlações de forças presentes na política de assistência social, bem como os rebatimentos para o desenvolvimento do trabalho como gestor/a. Evidenciam uma tendência de se destacar as especificidades do projeto ético-político, sobretudo uma preocupação com a autoimagem da profissão, bem como os valores defendidos pela categoria.

As interpretações dos segmentos de texto nas categorias supracitadas evidenciaram que existe um contexto adverso que limita sobremaneira a materialização da dimensão ético-política da profissão de Serviço Social, corroborando com a discussão trazida ao longo do trabalho, mas que mediante este cenário, ainda há uma preocupação dos/as profissionais com a defesa dos princípios e valores contidos no projeto profissional, destacando o compromisso dos/as profissionais com valores democráticos, incluindo a participação social. Ou seja, embora sejam reconhecidos os avanços registrados tanto na política de assistência social quanto na profissão de Serviço Social, na busca pela ruptura com o paradigma assistencialista e com o conservadorismo respectivamente, é possível vislumbrar que a dinâmica dos municípios, sobretudo no que diz respeito à correlação de forças que marca a cultura política da profissão, pode interferir no modo como os/as assistentes sociais vão direcionar a sua gestão no sentido de um modelo de gestão democrática alinhado ao projeto profissional da profissão ou um modelo de gestão mais tecnicista, normativo, descolado da totalidade dos processos sociais na dinâmica capitalista que contribua para a continuidade de uma cultura burocrática e clientelista.

O resultado das interpretações confirma o nosso pressuposto, de que a partir de seu direcionamento ético-político, o/a assistente social que atua na gestão da política de assistência social, poderá em determinados momentos pautar a sua gestão na construção de uma hegemonia afirmadora da política de assistência social enquanto direito social, pautada em valores democráticos, alinhada aos pressupostos do projeto ético-político da profissão, e

de forma contraditória e dialética, também poderá em outros momentos, pautar sua gestão numa perspectiva reprodutora da ideologia da classe dominante, numa perspectiva tecnocrática e com tendências a reproduzir traços assistencialistas relacionados a cultura política presente nos municípios.

É fato que, no cenário contemporâneo, a profissão vive profundas transformações relacionadas aos novos rumos da realidade social que trazem a requisição de novas competências e habilidades profissionais que demonstram a urgência e a necessidade de se discutir e problematizar o exercício profissional vinculado à dimensão ético-política da profissão para que se apontem caminhos para a construção de uma cultura democrática na gestão da política de assistência social.

Buscamos através desta dissertação apresentar as análises a partir da produção bibliográfica da categoria profissional, das expressões da dimensão ético-política da profissão, que sem a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, possam contribuir em conjunto com outras produções científicas, para a reflexão da categoria profissional sobre a relevância de seu projeto profissional, pautado numa direção ético-política que possa interferir na correlação de forças em favor das classes trabalhadoras, na vanguarda contra hegemônica a ordem do capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de.; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálýsis**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, n. 021020, p. 1-25, nov./2021.

AQUINO, Glaucia Heloisa Malzoni Bastos de. **De volta ao começo**: a dimensão ético-política na formação profissional dos assistentes sociais. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Franca, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BATISTA, Leonardo dos Santos; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica**. Revista Brasileira de Iniciação Científica. IFSP Itapetininga, v. 8, e021019, p. 1-17, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: CRESS. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Conselho Regional de Serviço Social (Org.): Rio de Janeiro, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C; FREIRE, S. M. F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia. Navegando Publicações, 2020.

BOSCHETTI, E. R. B. I. **Política Social**: Fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paul, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Crises e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 45-69, jan./2017.

BRASIL. **Censo SUAS 2022 – Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social CRAS**. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação do SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Janeiro 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei 12.435**, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei 8742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília (DF), 2011.

BRASIL. **Lei n. 8662**, de 7 de junho de 1993. Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Brasília (DF): 1993.

BRASIL. **Lei n. 8742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/ SUAS)**. Brasília: MDS, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social 2004**. Ministério de combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília/DF, nov.2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Covid- 19. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2021. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/covid-19-2/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SILVA, André Luiz da Silva. O trabalho do Assistente Social no SUAS: novos desafios e velhos dilemas. In: BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SILVA, André Luiz da Silva (Orgs.). **O trabalho do Assistente Social no SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios**. Taubaté, São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2014.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ**: um *software* gratuito para análise de dados textuais. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.

CARDOSO, Daniela Cima; FAGUNDES, Helenara Silveira. A atuação do assistente social na gestão municipal da política pública de assistência social: desafios e possibilidades. In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS. 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Aatua%C3%A7%C3%A3o-do-Assistente-Social-na-Gest%C3%A3o-Municipal-daPol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-de-AS.pdf>>. Acesso em 12 de abril de 2024.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos**. Esquerda On Line. Publicado em 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social**. Aprovado pela Resolução CFESS 273, 13/03/1993. Brasília (DF): CFESS, 1993.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

COSTA, Michele Pontes da. **O Assistente Social no âmbito da gestão da política de assistência social no município do Rio de Janeiro:** limites e possibilidades da materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2018.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira:** uma equação possível? 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILHO, Evandro Alves Barbosa.; CABRAL, Maria Izabel Rêgo. Gerencialismo: a resposta neoliberal para a gestão das políticas sociais. In: SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco (Org.). **Ciências Sociais Aplicadas:** entendendo as necessidades da sociedade. v. 2. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

FILHO, Rodrigo de Souza; GURGEL, Cláudio. **Gestão democrática e Serviço Social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil no contexto das políticas sociais. In: TEIXEIRA, Solange Maria. **Política de Assistência Social e temas correlatos.** 1. ed. Campinas: Papel Social, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. Em defesa da qualidade da formação e do trabalho profissional. **Revista Conexões Gerais.** Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. V3, b. 5. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica.** 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (orgs.) **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 13-43.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilséa Adeodata. *et al* (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social. In: COFI/ CFESS. **Atribuições privativas em questão**. Brasília: CFESS, 2002, p.13-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOLJO, Carina Berta *et al.* O exercício profissional do assistente social no SUAS: atribuições privativas e projeto ético-político. **Emancipação**. Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 17, n. 2, p. 304-318, 2017.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde**. 2016. 318f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. Políticas Sociais no Brasil contemporâneo: configurações, abordagens e temas de pesquisa. **Revista Agenda Social**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2023, p. 4-10.

MORAES, Carlos Antonio de Souza; AZEVEDO, Luam França de; SILVA, Laísa Cunha. Mapeamento das pesquisas sobre o mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro: características e contradições. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 1-88, mar./2023.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: n. 120, p. 694-703, out. de 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. (orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: n. 84, p. 5-20, nov. de 2005.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações dos gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Projeto profissional do Serviço Social**: as expressões da dimensão ético-política no exercício profissional dos gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife (PE), 2009.

PEREIRA, Camila Potyara. SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Camila Potyara; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social. **Revista Argumentum**, Vitória: v. 13, n. 1, p. 40-52, jan./abr. 2021.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima. Descentralização, Intersetorialidade, e Interdisciplinaridade: elementos para uma nova gestão e operacionalização da política de assistência social. In: TEIXEIRA, Solange Maria. **Política de Assistência Social e temas correlatos**. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A política social entre Deus e o Diabo: determinações e funcionalidades no sistema capitalista. In: SENNA, M. C. M.; FREITAS, R. C. S.; MORAES, C. A. S. (orgs.). **Política Social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades**. Curitiba: CRV, 2020, p. 33-50.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P (orgs.). **Política social e democracia**. Rio de Janeiro: Cortez, 2001, p. 217-233.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, 2013.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flávio Tonelli, MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos. (Orgs.). **20 anos da Constituição Cidadã**: avaliação e os desafios da seguridade social. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2008;

RODRIGUES, Mavi; COSTA, Suely G. Balanço crítico do SUAS: assistência e assistencialização. CRESS -7ª Região. **Em Foco**. Rio de Janeiro: CRESS, mar./2009, p. 15-25.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. et al. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M. dos. et al (orgs.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos. et al (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SEMZEZEM, Priscila; SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. O trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Anais do I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SILVA, Jeane Andreia Ferraz. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155–189, 2012.

SILVA, Magno Francisco da. **O que é o bolsonarismo e como derrotá-lo**. Tri Continental Brasil. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-que-e-o-bolsonarismo-e-como-derrota-lo/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

SILVA, Silmara Carneiro e.; GUEDES, Olegna de Souza. A dimensão ético-política do Serviço Social à luz da perspectiva Gramsciana: contribuições a partir da filosofia da práxis. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 207-222, jul./dez. 2022.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 7ª Ed. Biblioteca básica de serviço social; v. 3. São Paulo: Cortez, 2014.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Questões da Nossa Época, v.78).

SOUZA, Elba Alice Santos de. A instrumentalidade na prática do assistente social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ed. 07, vol. 06, p. 126-136, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/a-instrumentalidade>. Acesso em: 02 jan. 2023

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A Política de Assistência Social: começando o debate. In: CAVALCANTI, L. F.; REZENDE, I. **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2009, p. 83-99.

TORRES, Mabel Mascarenhas.; SGORLON, Claudiana Tavares da Silva.; COUTO, Eduardo Luís. O trabalho de assistentes sociais na pandemia e as TICs. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n.1 (2023). A Política Social na crise sanitária revelando outras crises.

TORRES, Mabel Mascarenhas; ALMEIDA, Denise Maria Fank de. Uma análise do assistente social no SUAS a partir da Lei de Regulamentação da Profissão e da NOB RH/SUAS. In: BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SILVA, André Luiz da Silva (Orgs.). **O trabalho do Assistente Social no SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios**. Taubaté, São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2014.

TORRES, Mabel Mascarenhas; LANZA, Liria Maria Bettiol. Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n. 1, p. 197-215, jan./jun. 2013.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Serviço Social e TIC's: a prática profissional no contexto da Covid-19. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 114-124, jan./abr. 2022.

VALLE, Karla Fernanda. Trabalho profissional e gerencialismo: um debate sobre o serviço social em espaços sócio-ocupacionais reestruturados. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, n.1, v.1, 2018.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. O Serviço Social e a lógica neoliberal-gerencial: a precarização da saúde das assistentes sociais do sociojurídico carioca. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, v. 16, n. 1, 2019.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2013.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P (orgs.). **Política social e democracia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2001, p. 217-233.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Assistência Social na prática profissional: história e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: n. 85, p. 123-132, mar. de 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: n. 120, p. 677-693, out. de 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado, políticas sociais e implementação do SUAS. In: BRASIL. Capacita SUAS. Volume 1. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.